



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

3

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

6

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

CBTU – Quem Somos

Estrutura organizacional

Ambiente externo e Interno

Modelo de negócio

18

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Objetivos estratégicos

Estrutura de governança

27

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Estrutura de Gestão e Controle

Controle das demandas judiciais

35

RESULTADOS DA GESTÃO

Resultados alcançados e metas

Destaques

Perspectivas e desafios

45

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Gestão orçamentária e financeira

Gestão de pessoas

Gestão de licitação e contratos

Gestão da tecnologia da informação

Sustentabilidade ambiental

60

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial - BP

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

NOTAS EXPLICATIVAS

**MENSAGEM DA
DIRETORIA EXECUTIVA**

Prezados(as),

No ano de 2025, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) completou 41 anos de existência. Mesmo permanecendo no Programa Nacional de Desestatização (PND), a CBTU continuou contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável, com menos emissão de poluentes, reduzindo distâncias e gerando empregos nas regiões metropolitanas de Recife, Natal, João Pessoa e Maceió.

Como empresa pública federal, a CBTU reafirma o seu compromisso institucional com a transparência e com o atendimento da população menos favorecida do país. Por meio do Relatório da Administração, apresenta para a sociedade o seu desempenho.

Ao longo de 2025 foram transportados aproximadamente cerca de 39 milhões de passageiros, com uma média, em dia útil, de 139, 27 mil usuários. Novas estações foram inauguradas e, apesar do contingenciamento orçamentário, a CBTU manteve a segurança e a continuidade do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos nas cidades em que atua.

Em 2025, foi publicada a avaliação da CBTU pelo Programa Nacional de Transparência Pública. No quesito transparência, a empresa ficou classificada no nível intermediário atendendo a 100% dos critérios. No conjunto das organizações federais avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o índice de transparência médio obtido pelas empresas avaliadas alcançou 74,41%, todas no nível intermediário.

Podemos concluir que, no ano de 2025, a Companhia conseguiu um alcance maior de soluções de processos internos e de investimentos na operação, sempre com o foco na melhoria da prestação de serviços.

Boa Leitura!



José Marques de Lima
Diretor-Presidente



Eduardo Coimbra
Diretor Planejamento



Adriana Lins
**Diretora Técnica
(titular)**
e
**Diretora de
Administração e
Finanças
(interina)**



STU-Natal

Durante o ano de 2025, foram adquiridas 1720 unidades de dormentes de polímero reciclado, para manutenção preventiva e corretiva.



CBTU Brasília Administração Central

Em 2025, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica com o município de Valparaíso, no Goiás, para estudo de viabilidade de um trem de passageiros conectando o município à Brasília.



STU-João Pessoa

Em 2025, foram investidos R\$8 milhões para a aquisição de novos trilhos, visando modernização e revitalização da via férrea, para a substituição de 21 km de trilhos.

Entrega da nova e modernizada estação ferroviária de Bayeux.

Em 2025, ano de celebração dos 40 anos da STU, foram investidos R\$ 10 milhões para a aquisição de novos trilhos, visando modernização e revitalização da via férrea. Ainda, foram investidos mais de R\$ 9,1 milhões em serviços de troca de trilhos da Linha do Centro, com requalificação de 13 km de trilhos.



STU-Recife

Também foi feito investimento, de aproximadamente R\$ 372 mil, para a instalação de 100 novos bloqueios nas estações das Linhas Centro e Sul.

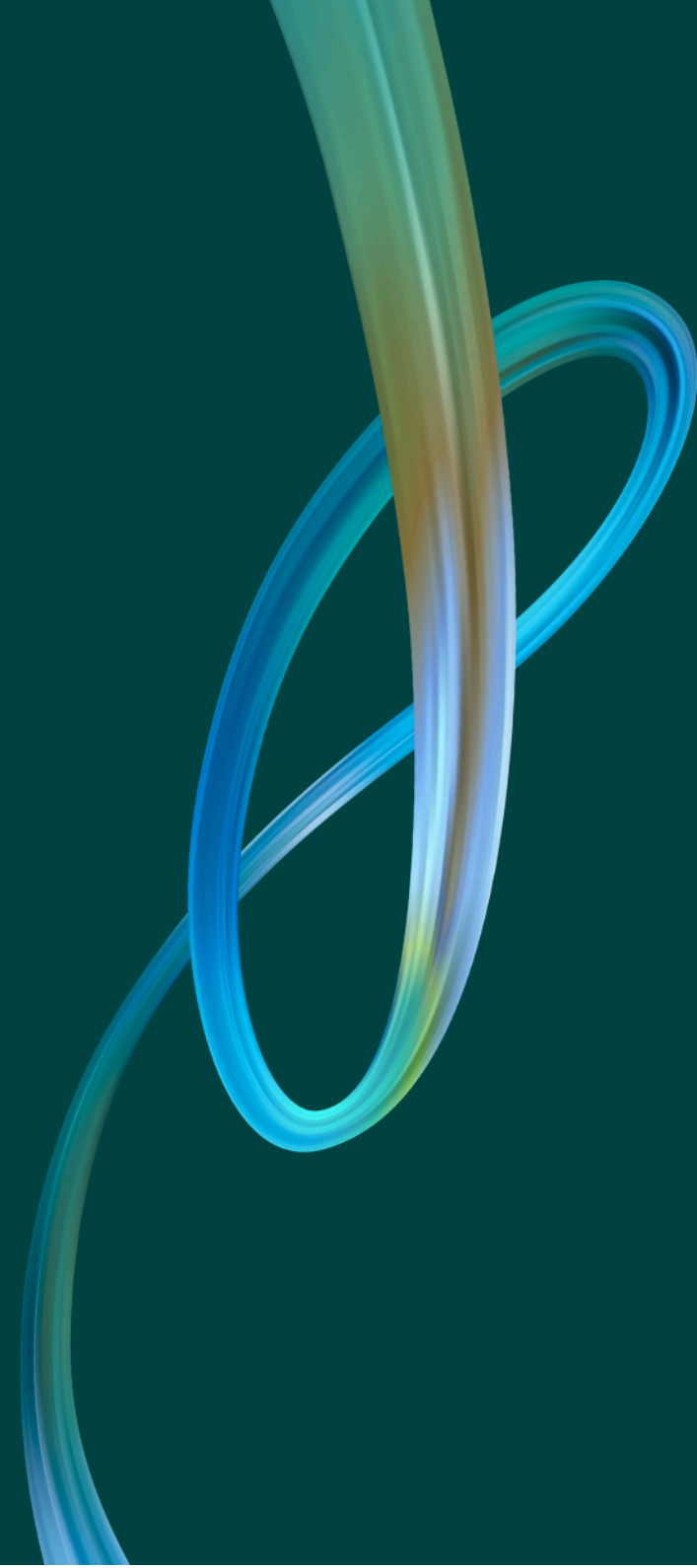
Em 25 de março de 2025, a **Resolução CPPI nº 324** aprovou as condições iniciais para a transferência dos ativos da Superintendência Regional da CBTU em Recife (STU-REC) ao Estado de Pernambuco, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O processo prevê a concessão à iniciativa privada da gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da Região Metropolitana do Recife, sob coordenação do BNDES. As medidas adotadas no exercício de 2025 não produziram impactos contábeis ou financeiros relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.



STU-Maceió

Destaque para a assinatura de contrato para autorização da obra de manutenção da sede histórica da CBTU em Maceió.

Em 2025, foram adquiridas 1818 unidades de dormentes de polímero reciclados.



VISÃO GERAL **ORGANIZACIONAL**

QUEM SOMOS

A CBTU opera os sistemas de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Seu desempenho revela a capacidade em promover a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público, adotando diretrizes que consolidem metrô e veículos leves sobre trilhos - VLTs como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Na vanguarda da modernização do seu sistema de transporte de passageiros sobre trilhos, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos está ciente da sua responsabilidade como protagonista da conformação urbana das regiões metropolitanas em que atua, concatenando ações colaterais para minimizar as externalidades negativas geradas pelos congestionamentos, atrasos, intrusão visual, acidentes, ruídos, emissão de gases de efeito estufa e seus impactos nocivos sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente.

Nosso Compromisso

Modernizar, expandir e implantar
sistemas de transporte de
passageiros sobre trilhos no país.



ESTATUTO SOCIAL

CAP. III – ART. 4º - DO OBJETO SOCIAL

A COMPANHIA TEM POR OBJETO, DE RELEVANTE INTERESSE COLETIVO, NOS TERMOS DO ART. 173 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

Planejamento, estudo, projetos, construção e implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas Regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

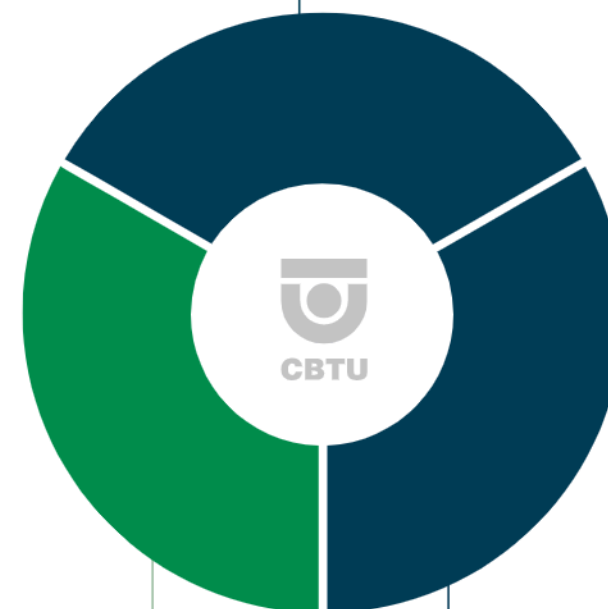
Operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

Gerenciamento das participações societárias, bem como daquelas detidas pela União, em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos;

Exploração econômica da marca, patente, denominação, insígnia, bem como todos os recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bem móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

MISSÃO

"Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.



VISÃO

Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES

Excelência, Inclusão Social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade.

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO:

- Art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957
- Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974
- Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984
- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016
- Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016
- Decreto nº 11.048, de 18 de abril de 2022
- Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997



Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedade de propósito específico:

Seguindo a lei 13.303, de 30 de junho de 2016, a CBTU não tem uma política específica de designação de representantes nas assembleias e colegiados.



Principais eventos societários ocorridos no exercício 2025:

Sem eventos societários de expressão no ano de 2025, exceto pela substituição de conselheiros.



DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor Presidente

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora Técnica/Diretora de
Administração e Finanças interina

EDUARDO COIMBRA
Diretor de Planejamento e Relações
Institucionais



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELL ALEXANDRE OLIVEIRA COSTA
Representante do Ministério das Cidades
Presidente do Colegiado a partir de Junho
de 2025

ELISA DE OLIVEIRA ALVES
Representante do MGI
Presidiu o Conselho até Junho de 2025,
quando renunciou o cargo de membro e a
Presidência

ANTÔNIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO
Conselheiro Independente

CIRANO LOPES DE OLIVEIRA
Conselheiro Representante dos
Empregados

DENIS EDUARDO ANDIA
Representante do Ministério das Cidades

FRANCISCO JOSÉ COUCEIRO DE OLIVEIRA
Representante do MGI
Tomou posse em Junho de 2025

AUGUSTO HENRIQUE ALVES RABELO
Representante do Ministério das Cidades
Tomou posse em Abril de 2025

MARCIO MONTEIRO GEA
Conselheiro Independente



COMITÊ DE AUDITORIA

MARCIO MONTEIRO GEA
Presidente do Comitê

**JOHN ALEXANDER HAROLD
AUTON**
Membro
Tomou posse em Agosto de 2025

EDMILSON GAMA DA SILVA
Membro

**ANTÔNIO ELIAS ZOGHBI DE
CASTRO**
Presidiu o Comitê até Agosto de
2025

**FELIPE ANTÔNIO GUIMARÃES
GABRICH JUNIOR**
Membro até Julho de 2025



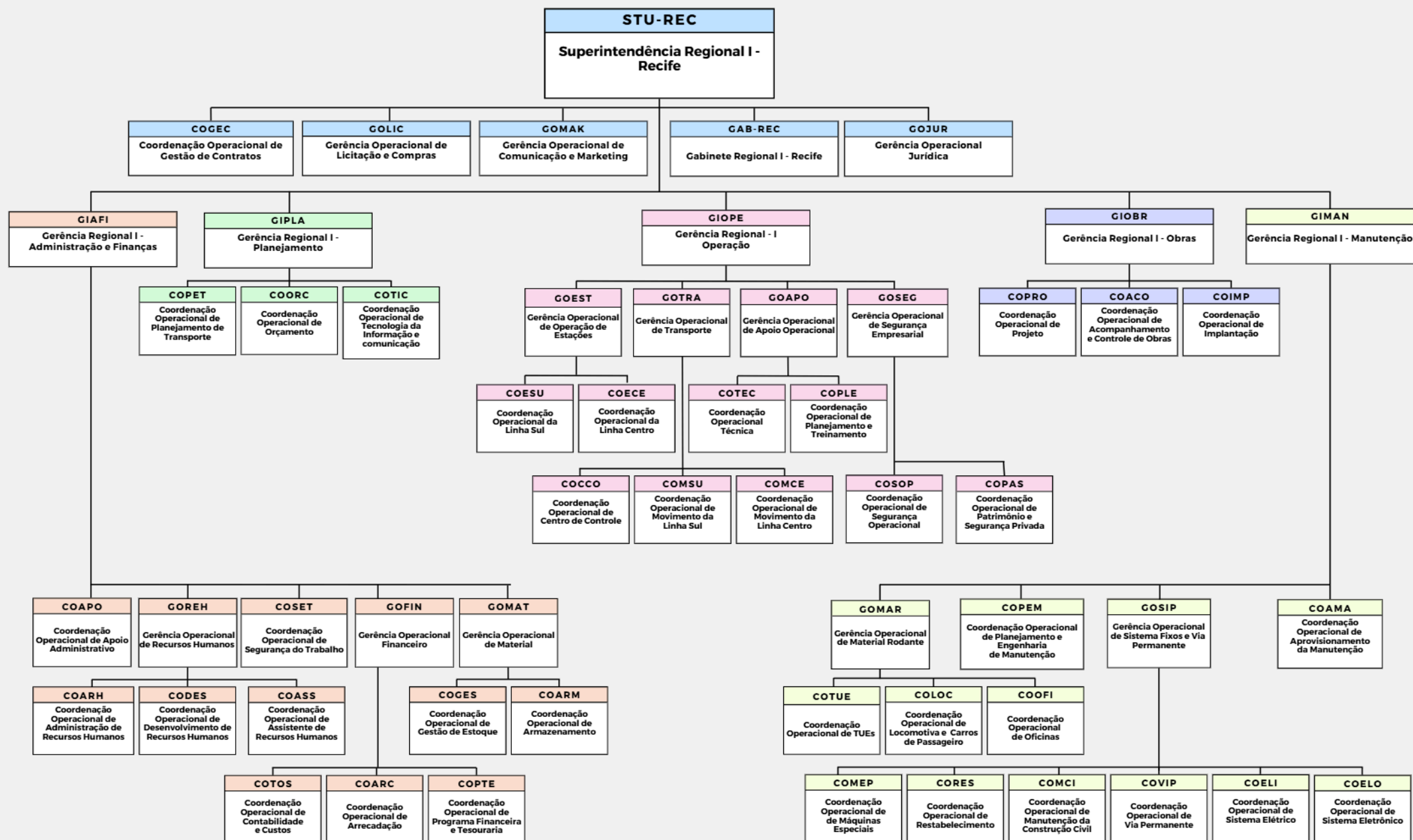
CONSELHO FISCAL

SEIJI KUMON FETTER,
Representante do Tesouro Nacional
Presidente

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Representante do Ministério das
Cidades

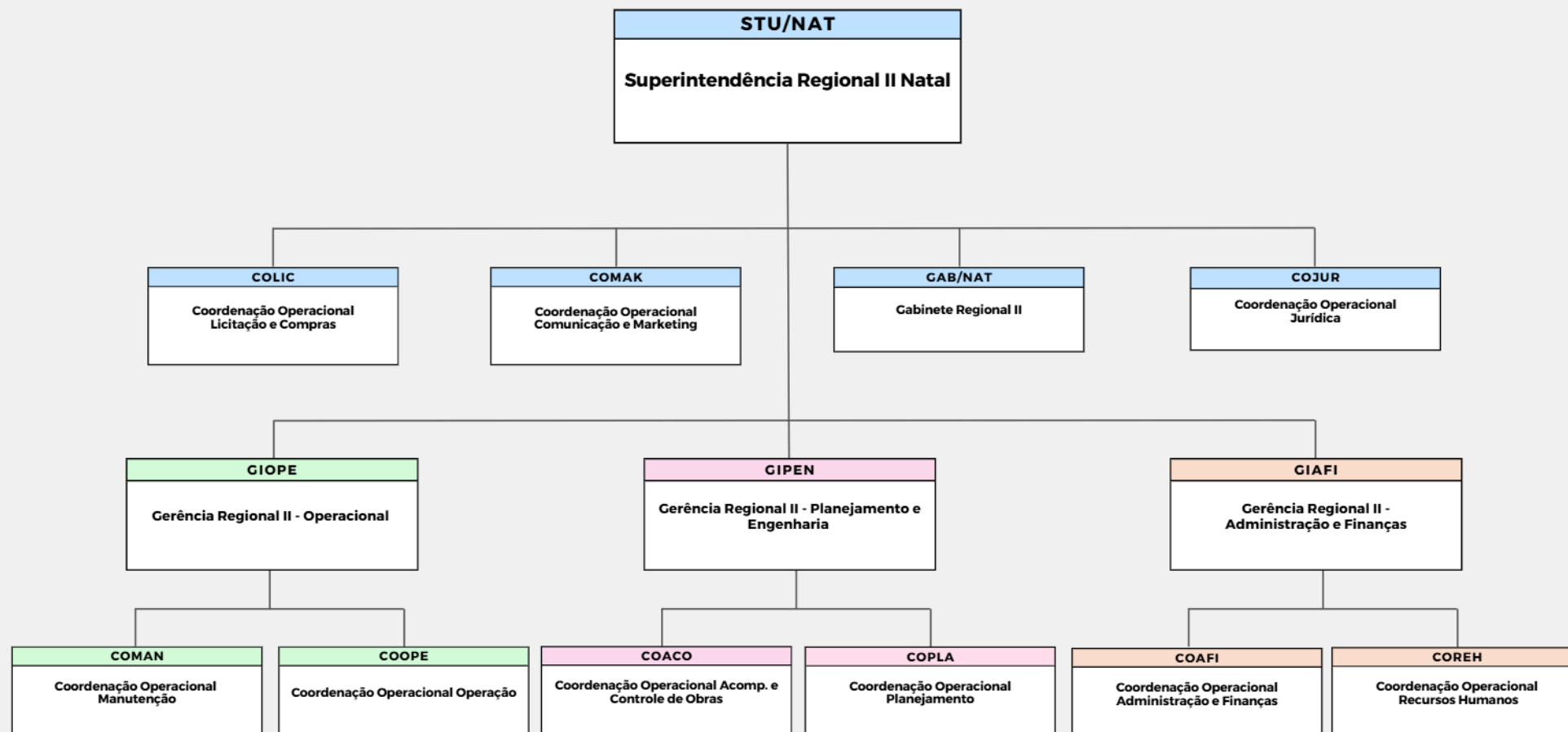
RODRIO DALVI SANTANA
Representante do Ministério das
Cidades
Tomou posse em Fevereiro de 2025

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



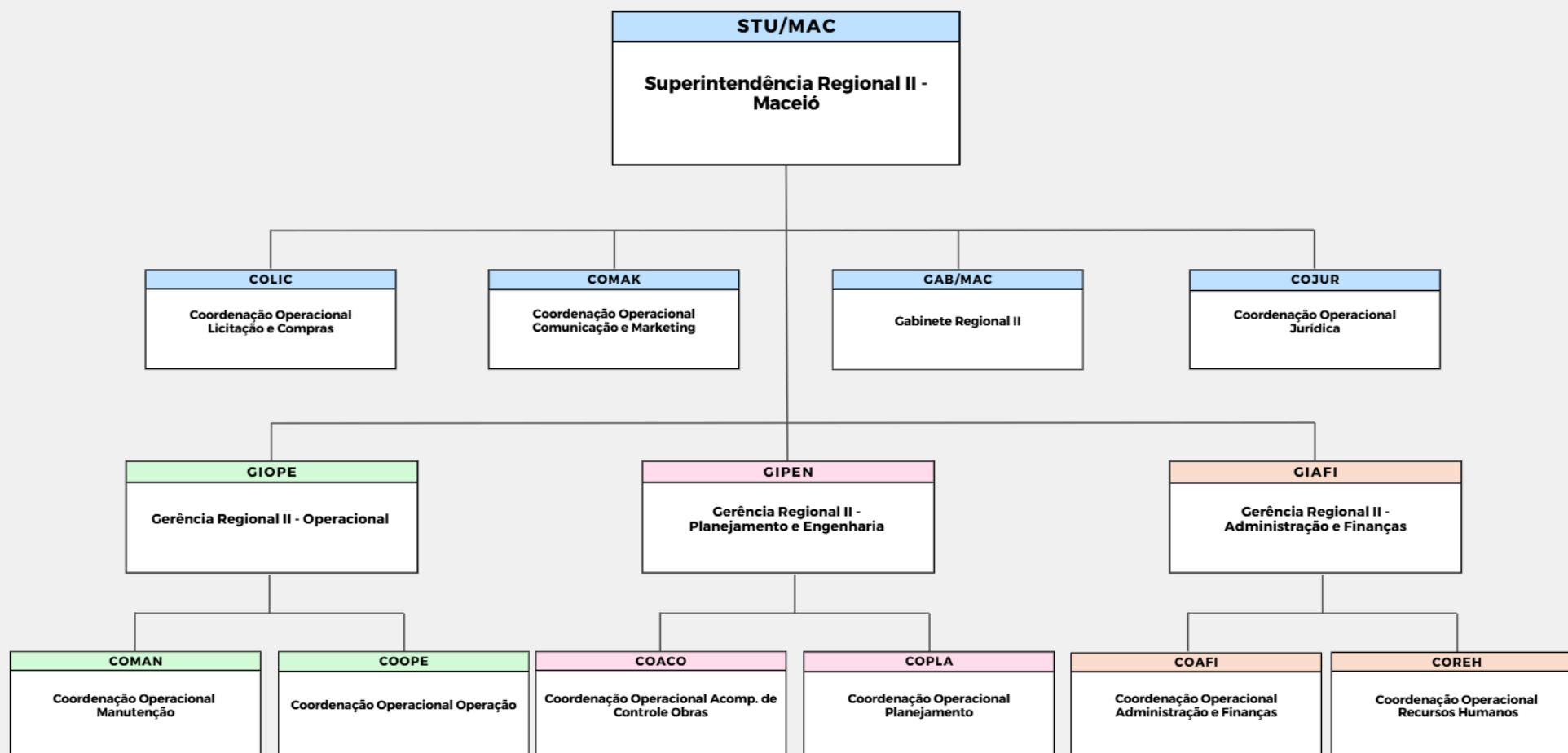
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

NATAL



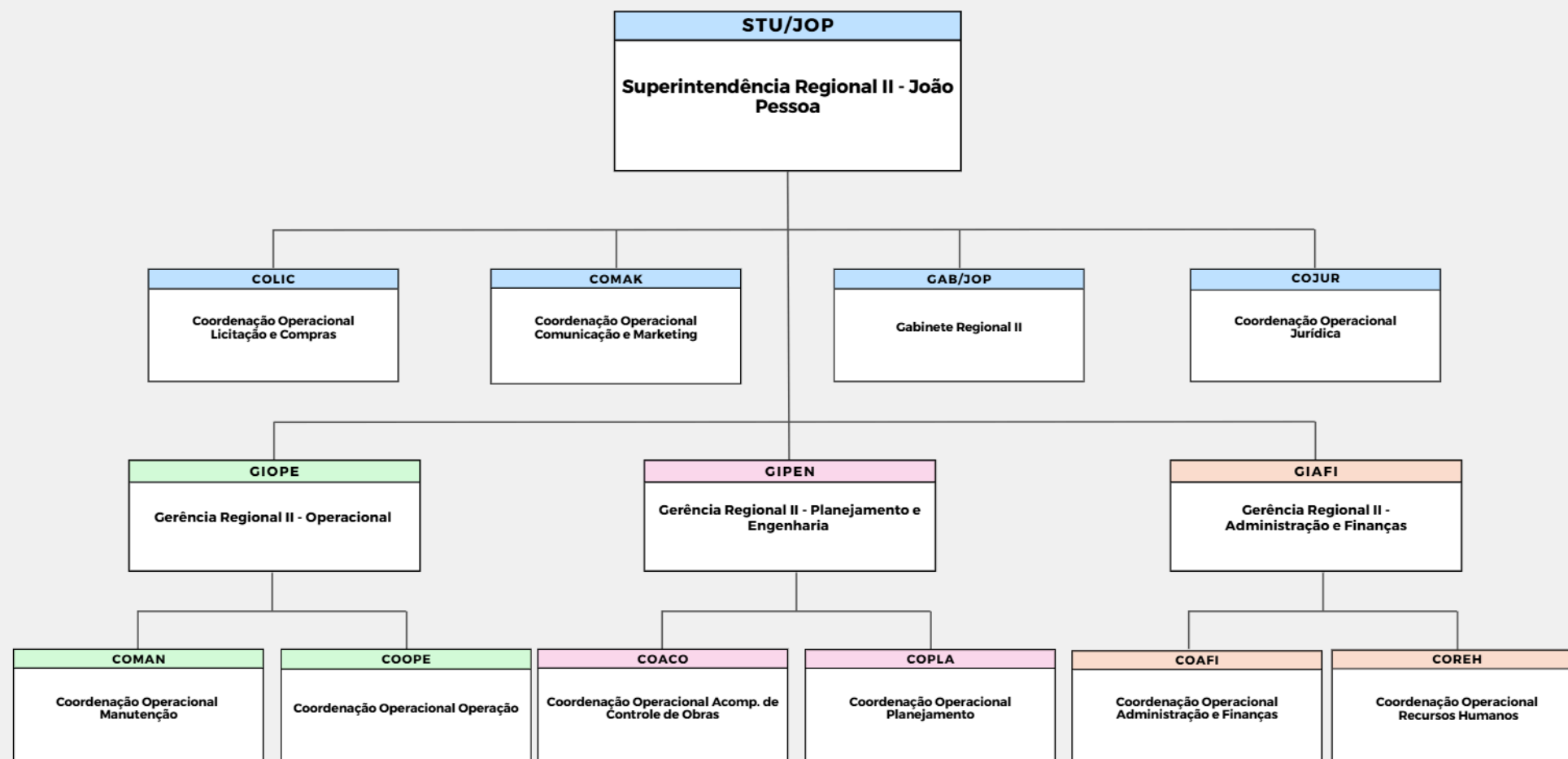
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

MACEIÓ

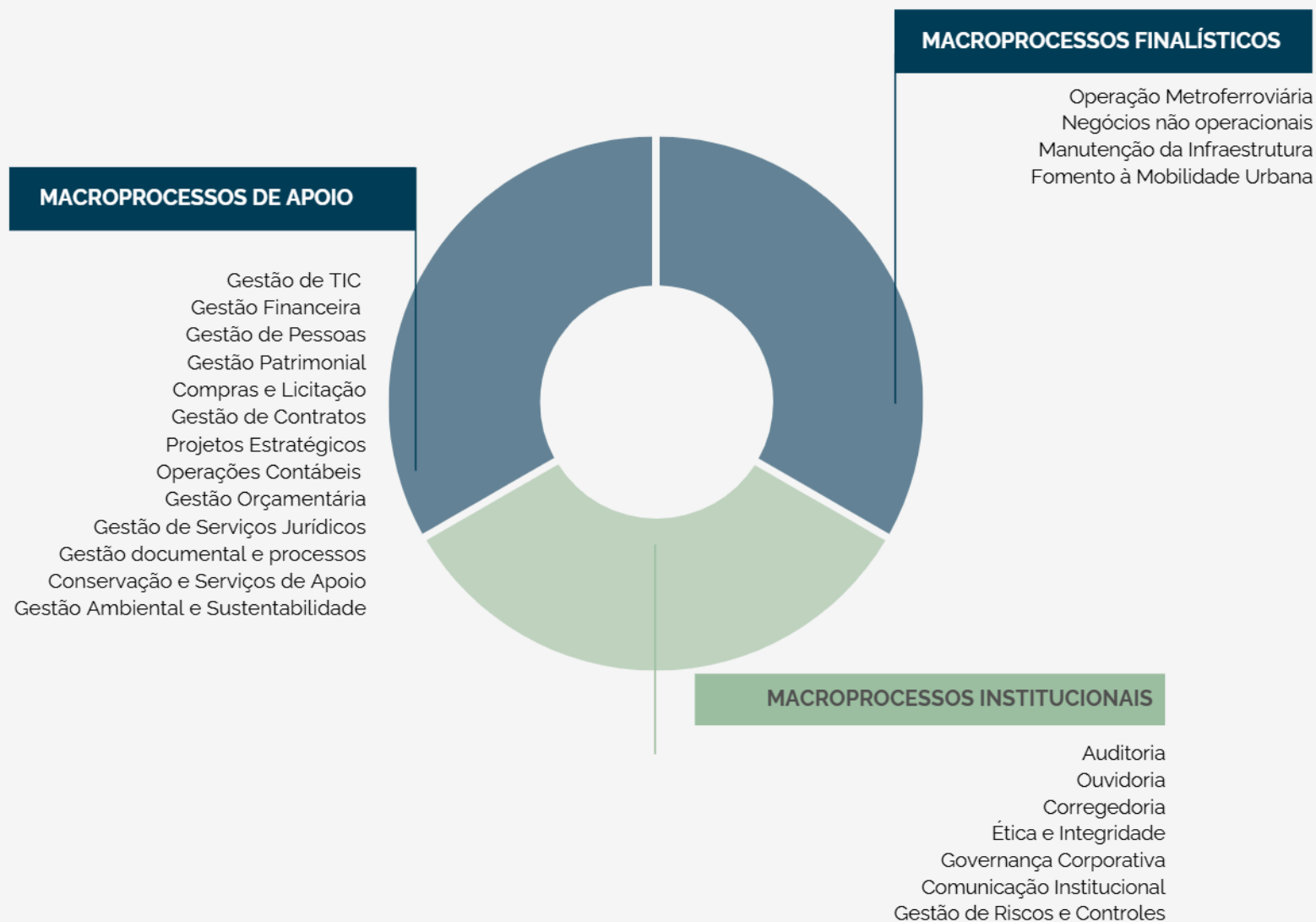


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

JOÃO PESSOA



MODELO DE NEGÓCIO



RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E USUÁRIOS

A CBTU, comprometida com a transparência e com a consecução de seus objetivos, disponibiliza instrumentos que permitem a publicação de suas atividades e canais de comunicação direta com a sociedade.

OUVIDORIA

Outros canais de comunicação, e-mail, telefone e endereço para comunicações presenciais, poderão ser acessados pela informações disponíveis na página oficial da CBTU, pelo link:



PÁGINA OFICIAL DA CBTU DE OUVIDORIA

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Guia direcionado aos passageiros da CBTU, que visa facilitar e permitir o compartilhamento de informações sobre a estrutura geral e a operação dos trens urbanos nas regiões onde atua. No documento é possível consultar horários de funcionamento, telefones úteis, mapas de estações e linhas, itens de acessibilidade, achados e perdidos e muito mais.

Disponível em: **Carta de Serviços ao Cidadão CBTU**

OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO:



imprensa@cbtu.gov.br
www.cbtu.gov.br



@cbtuac
@cbturecife
@cbtumaceio
@cbtuojaopessoa
@cbtunatal



/cbtuoficial
/cbturecife
/cbtu.maceio
/cbtuojaopessoa
/cbtunatal



Durante o ano de 2025, a Ouvidoria da CBTU desempenhou suas atividades de acordo com as atribuições típicas de uma ouvidoria pública, atuando como canal institucional de comunicação entre a sociedade e a Administração. Sua atuação concentrou-se no recebimento, registro, análise e encaminhamento de manifestações dos cidadãos, como reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios, garantindo tratamento adequado, imparcial e dentro dos prazos estabelecidos.

De forma complementar, a Ouvidoria contribuiu para o fortalecimento da transparência e da participação social, ao apoiar o acesso à informação e ao fomentar o diálogo interno para o aprimoramento dos processos e serviços. Assim, ao longo de 2025, a Ouvidoria manteve uma atuação contínua e alinhada aos princípios que regem a administração pública, colaborando para a melhoria da gestão e para o atendimento às demandas da sociedade.

Foram recebidas o total de **654 manifestações de ouvidoria**. **Recife e a Administração Central** foram as unidades com o maior número de demandas, **com 582 e 31, respectivamente**.

84,4% reclamações

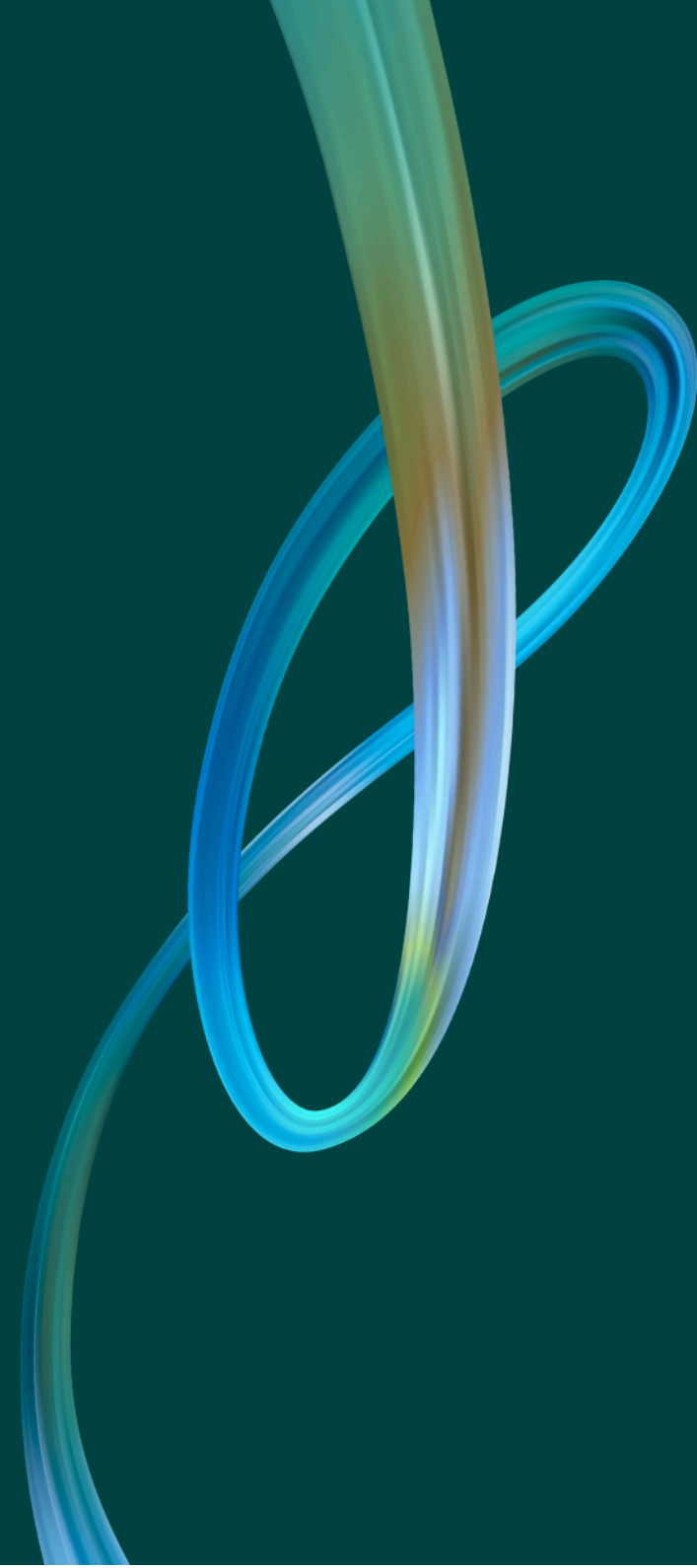
6,3% solicitações

2,1% denúncias

2,1% sugestões

1,1% elogios

4,1% comunicações



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Utilizando o sistema do Balanced Scorecard (SBC), a CBTU reavaliou o seu Planejamento Estratégico para o interstício de 2024 a 2028. O processo envolveu diversos atores e amplo debate.

MISSÃO

A missão refere-se à natureza da CBTU, sua vocação, o propósito final que justifica a sua existência. Representa a maneira como se estabelece perante os seus atores de interesse (usuários, cidadãos, contribuintes, governos, órgãos reguladores e de controle, mídia, dentre outros).

VISÃO

A visão define onde a CBTU pretende estar ou pelo que deseja ser reconhecida no futuro. Corresponde à idealização, ao estabelecimento do futuro desejado dentre os possíveis para a Companhia.

VALORES

Os valores representam um conjunto de crenças essenciais ou princípios morais que devem nortear as ações da CBTU, tanto no relacionamento com os clientes internos quanto com os externos, os quais a Companhia visa incorporar à sua cultura organizacional. A escolha desses valores não exclui outros igualmente relevantes.

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Composição de Governança da CBTU

Instâncias Internas

Conselho de Administração
Comitê de Auditoria
Diretoria Executiva



Instâncias Internas de Apoio à Governança

Auditoria Interna
Conselho Fiscal
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração
Gerência Geral de Governança

Instâncias Externas

Órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, e possuem atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo

Instâncias Externas de Apoio à Governança

Auditoria Independente

A CBTU adota o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas)

MAPA ESTRATÉGICO CBTU 2024-2028

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA



MISSÃO: Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.

VISÃO: Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES:

Excelência, Inclusão social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade

SOCIEDADE

Aperfeiçoar a integração com outros modais

Melhorar a experiência e a satisfação dos usuários

Promover o engajamento da sociedade para melhoria dos serviços ofertados e imagem da Companhia

Aumentar o público atendido

Expandir a oferta de soluções em mobilidade

Ampliar a participação no planejamento urbano

FINANCEIRA

Reduzir o ônus com ações judiciais

Elevar as receitas operacional e acessórias

Otimizar os custos operacional e administrativo

PROCESSOS INTERNOS

Garantir a eficiência operacional do sistema

Desenvolver ações e contratações sustentáveis

Aprimorar procedimentos operacionais e administrativos

Implantar/Integrar sistemas para automatizar os processos internos

Fortalecer práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecer e valorizar a gestão de pessoas

Promover a aprendizagem contínua e gestão do conhecimento

Fomentar a cultura da inovação e criatividade

CONTRIBUIÇÃO DA GOVERNANÇA PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA COMPANHIA

A Governança, em uma companhia pública como a CBTU, contribui para assegurar que seus administradores estejam alinhados com o atingimento dos interesses públicos, representados pelos Programas de Governo que ela se propõe a Executar.

Ela garante que os processos e as estratégias estejam adequada e corretamente seguidos de sorte a promover uma cultura de prestação de contas e responsabilidade nas entregas que a sociedade e seu controlador esperam.

A Governança deve ser capaz de valorizar a imagem da empresa, transmitindo a seu público e seu acionista os seus valores, comportamento ético e seriedade na condução dos seus negócios.

É fundamental que a empresa adote práticas de conformidade como parte de um conjunto de ações de Governança, o que é essencial para que a empresa demonstre agir de acordo com as leis, normas e códigos internos e externos aos quais está submetida, assegurando que as estratégias sejam seguidas corretamente, de forma a nortear as decisões dentro da organização, auxiliando na transparência das ações, e, com isso, transmitir maior credibilidade e ajudar a alcançar maiores resultados.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), criada com o objetivo de modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país, atividades de cunho estratégico para a promoção da mobilidade urbana, conta com um sistema de Governança cada vez mais sólido e estruturado, tendo em seu Conselho de Administração o ponto focal de orientação estratégica e na Diretoria Executiva a base para a execução das diretrizes recebidas.

Importante registrar que o processo de acompanhamento e fiscalização pelos demais órgãos de Governança, com apoio da Gerencia Geral – Governança, vem sendo contínuo e intenso, com destaque para a orientação dedicada do Comitê de Auditoria, o que trará à CBTU a evolução a níveis desejáveis e de excelência de boas práticas de governança, o que se pretende observar por meio da melhoria da prestação de serviços, atendimento e resultados favoráveis à economia brasileira.

GERÊNCIA GERAL DE GOVERNANÇA

Instituída na estrutura organizacional da Administração Central da CBTU para apoiar os órgãos colegiados em sua gestão e também para aprimorar e consolidar boas práticas de governança corporativa no âmbito da Companhia, a Gerência Geral de Governança possui as seguintes atribuições, elencadas no Manual de Organização, (V.02).

- I. Apoiar a alta administração da Companhia no monitoramento dos processos que sejam considerados estratégicos pela mesma;
- II. Assessorar os processos da governança, auxiliando administrativamente os órgãos colegiados e a Diretoria da Companhia;
- III. Garantir a transparência das decisões tomadas pela gestão da Companhia, promovendo a divulgação das mesmas;
- IV. Promover as ações necessárias para a elaboração do Relatório de Administração, em consonância com a legislação vigente;
- V. Assessorar a alta administração da Companhia na divulgação das diretrizes fundamentais de administração, na fiscalização da observância das diretrizes fixadas, no acompanhamento da execução dos programas aprovados e na verificação dos resultados obtidos.



AUDITORIA INTERNA



A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) é vinculada ao Conselho de Administração (CA), em conformidade ao Decreto nº 3.595/2002 e com as Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT).

RESPONSABILIDADES

- ✓ Aumentar e proteger o valor organizacional da CBTU, fornecendo avaliação, assessoria e consultoria baseados em risco;
- ✓ Aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações consideradas relevantes da Companhia;
- ✓ Identificar potenciais riscos de fraude e realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes, quando houver indícios suficientes de fraudes ou de ilegalidades;
- ✓ Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração da CBTU – CA e pela Controladoria Geral da União – CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, a ser encaminhado anualmente à CGU, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente;

- ☒ Monitorar a execução do PAINT e comunicar, periodicamente, ao CA sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que possam impactar o resultado dos trabalhos;
- ☒ Apoiar o CA no desempenho de suas atribuições, assim como, o Conselho Fiscal da CBTU – CF e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- ☒ Apoiar o Comitê de Auditoria da CBTU – COAUD no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- ☒ Apoiar os Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU) do Poder Executivo Federal no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- ☒ Apoiar a Assessoria Especial de Controle Interno – AECl, do Ministério das Cidades – MCID, quando solicitado;

- ☒ Garantir que os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência sejam aplicados e cumpridos;
- ☒ Garantir que os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência sejam aplicados e cumpridos;
- ☒ Garantir que os empregados membros da UAIG obtenham os conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para atender aos requisitos para realização das tarefas de auditoria;
- ☒ Estabelecer e garantir a aderência às políticas e procedimentos desenvolvidos para orientar a atividade de auditoria interna;
- ☒ Outras atividades correlatas definidas pelo CA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2025, foi encaminhado um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) contendo **duas determinações e cinco recomendações à CBTU**:

Acórdão nº 1372/2025, analisado em Plenário em 25/06/2025, com o objetivo de fiscalização sobre a implementação dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na União.

Inferi-se uma visão geral da recomendação recebidas em 2025, considerando o status de atendimento, conforme o quadro a seguir:

Status de atendimento das determinações e recomendações 2025				
Processo	Atendidas	Em andamento	Não atendidas	Não se aplica
TC 009.980/2024-5	0	7	0	0
Total	0	7	0	0

Observação: Aguardando o recebimento das medidas adotadas para atendimento das recomendações e determinações.

Em atendimento ao Acórdão nº 1372/2028 – Plenário, a CBTU promoveu, ao longo de 2025, avanços estruturais relevantes na organização da governança voltada à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Como marco institucional, em setembro de 2025 foi editada a **Resolução da Diretoria-Executiva nº 038-2025, que instituiu a Comissão de Proteção de Dados Pessoais**, com competências definidas para formular diretrizes, propor ações e apoiar a implementação de boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais. Ainda em 2025, foi conduzido **diagnóstico interno junto aos empregados**, por meio de instrumento estruturado, com o **objetivo de aferir o nível de maturidade institucional, mapear percepções e identificar oportunidades de melhoria relacionadas ao tratamento e à proteção de dados pessoais**.

Paralelamente, no exercício de 2025, **avançou-se na elaboração da minuta da Política de Segurança da Informação**, instrumento normativo estruturante que integra a proteção de dados pessoais à gestão de riscos, à segurança cibernética e à governança corporativa, encontrando-se o documento em fase de consolidação para submissão às instâncias competentes. Como medida complementar de fortalecimento da governança, também em 2025, foi **iniciada a revisão do Regimento dos Comitês Estratégico e Tático de Tecnologia da Informação e Comunicação**, com vistas a assegurar instância decisória formal para a priorização de investimentos, projetos e ações de tecnologia, segurança da informação e proteção de dados, conferindo sustentabilidade e continuidade ao processo de adequação da CBTU às exigências da LGPD e aos órgãos de controle.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CGU

No exercício de 2025, houve a emissão pela Controladoria-Geral da União (CGU) de um **novo relatório de avaliação**:

Relatórios CGU		
Nº do Relatório	Objeto	Unidade Auditada
Relatório de Avaliação nº 1593873	Avaliar o processo de gestão de licitações e contratos no âmbito da Administração Central da CBTU, considerando os critérios de avaliação estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações da CBTU e jurisprudência afim do Tribunal de Contas da União.	Administração Central

Relatórios de avaliação anteriores consolidavam, **ao final de 2025, o total de 31 recomendações que estão sendo monitoradas pela Controladoria**. Ressalta-se ainda que, **até final do exercício, as manifestações de cinco recomendações estavam em análise pela CGU**. Ademais, constam na base de dados da CGU todos os relatórios de auditoria anual de contas.

Quanto à forma de acompanhamento das recomendações, **destaca-se a utilização do Sistema e-AUD da CGU**. Trata-se de instrumento informatizado utilizado para viabilizar o acompanhamento do atendimento às ações de controle, possibilitando atuação de forma ampla e abrangente, no âmbito dos resultados da ação governamental, além do conhecimento e acompanhamento das melhorias aplicadas e sua repercussão nos resultados das ações.

Dessa forma, a atualização do Plano de Providências Permanente pode ser realizada periodicamente via sistema informatizado.



CORREGEDORIA

Dentro da estrutura organizacional da CBTU, a Corregedoria-Geral é uma unidade com dupla vinculação. Do ponto de vista administrativo, a CG passou a ser vinculada ao Conselho de Administração.

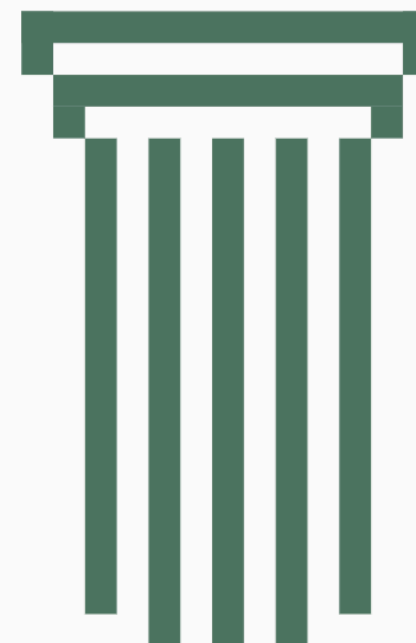
Enquanto integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a CG fica sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Correição, conforme art. 2º, §2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 c/c art. 2º, parágrafo único da Portaria CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, sendo classificada como Unidade Correcional Instituída – UCI, nos termos do artigo 2º, inciso III, da referida portaria.

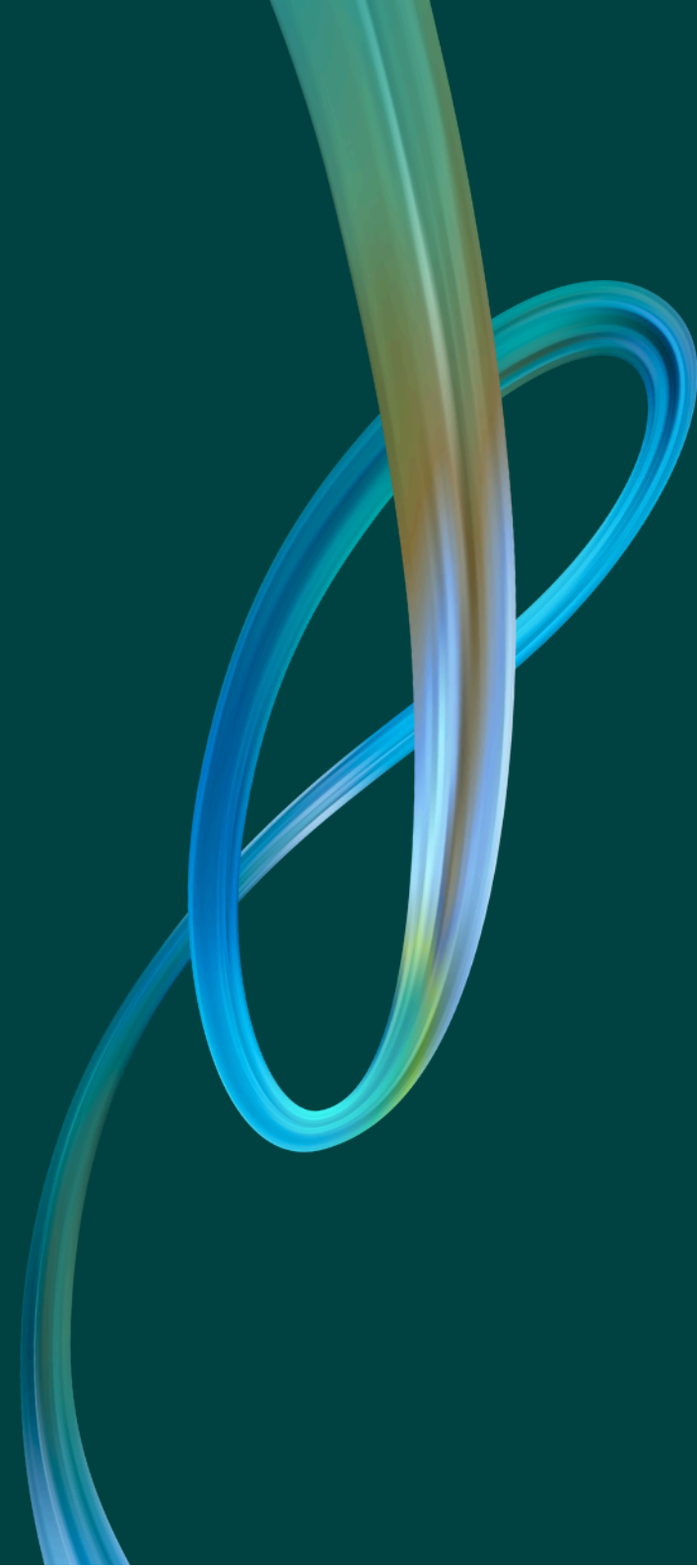
Destaca-se, no ano de 2025, a realização do processo seletivo por meio do EDITAL Nº 002-2025/GAREH cujo objetivo foi prover o cargo de Corregedor-Geral. Dessa forma, foi oportunizada a participação no certame a todos os empregados da Companhia que cumpriam os requisitos do referido Edital e legislação correlata.

No processo seletivo, foram realizadas provas escritas na modalidade redação técnica e entrevistas comportamentais com os candidatos. Importante mencionar que diversas áreas da CBTU participaram de todo o processo, o que garantiu a adequada avaliação e um resultado justo.

Por fim, a fim de contribuir com a gestão pública, bem como para apoiar a execução da administração na execução das suas atividades, a Corregedoria buscou implementar um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades e desvios de conduta.

CORREGEDORIA





GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No exercício de 2025, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento da Gestão de Riscos e Controles Internos como instrumento de apoio à governança corporativa, ao monitoramento do desempenho institucional e à transparência na prestação de contas à sociedade, contribuindo para a sustentabilidade das operações e para o alcance dos objetivos estratégicos.

SISTEMA DE GOVERNANÇA DE RISCOS

A CBTU adota um sistema de Gestão de Riscos alinhado às diretrizes da Lei nº 13.303/2016, às boas práticas da ISO 31000 e ao framework COSO ERM, integrado à governança corporativa da Companhia. Esse sistema tem por finalidade apoiar a Alta Administração na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos que possam impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos e corporativos.

Ao final do exercício de 2025, o universo de riscos corporativos da Companhia compreendia 331 riscos, vinculados aos objetivos estratégicos e aos macroprocessos institucionais, refletindo a abrangência do mapeamento realizado e subsidiando a priorização gerencial das exposições mais relevantes no âmbito da governança corporativa.

TIPOS DE RISCO E VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA

Os riscos corporativos da Companhia são classificados nas **categorias Estratégico, Operacional, Financeiro e de Conformidade**, conforme estrutura definida no Dicionário de Riscos da CBTU. Essa classificação tem por finalidade organizar e qualificar os riscos de acordo com sua natureza, contexto e áreas organizacionais mais diretamente relacionadas, permitindo uma leitura integrada dos fatores que podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos e corporativos.

A partir dessa estrutura, a sistemática de gestão de riscos e controles internos adotada pela Companhia estabelece critérios para a priorização e o tratamento dos riscos, considerando sua probabilidade de ocorrência e o potencial impacto, assegurando uma abordagem integrada da gestão de riscos no âmbito da Companhia. Ao final do exercício, parte dos riscos avaliados apresentou nível residual acima do apetite por riscos da Companhia, sendo objeto de acompanhamento e de planos de ação de tratamento, conforme as diretrizes definidas na Política e no Manual de GRCI.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

A estrutura de controles internos da CBTU está alinhada aos componentes do modelo COSO, abrangendo o ambiente de controle, a avaliação de riscos, as atividades de controle, os mecanismos de informação e comunicação e o monitoramento contínuo da efetividade dos controles.

Observou-se a predominância de controles manuais e semiautomáticos, refletindo limitações estruturais e tecnológicas. Esse contexto reforça a necessidade de iniciativas voltadas ao aumento da eficiência, da confiabilidade e da capacidade de resposta dos processos, bem como ao direcionamento dos esforços de controle para o fortalecimento da eficácia dos controles internos, especialmente naqueles associados aos riscos que demandam maior atenção para a Companhia, observadas as restrições orçamentárias e as prioridades institucionais vigentes.

Quanto à natureza dos controles, verifica-se predominância de mecanismos com enfoque preventivo, evidenciando uma estratégia orientada à antecipação de eventos indesejados. Ainda assim, a Companhia reconhece oportunidades para o fortalecimento progressivo de controles detectivos e corretivos, bem como para o aprimoramento da automação e da integração dos controles, visando ao aperfeiçoamento dos processos e ao aumento da consistência das informações utilizadas para fins gerenciais.

PRINCIPAIS RISCOS CORPORATIVOS E RESPOSTAS

Os principais riscos corporativos identificados no exercício estão associados, em sua maioria, a **fragilidades em processos estruturantes e de suporte à operação metroferroviária**, cujos efeitos tendem a repercutir diretamente sobre a atividade finalística da Companhia. Entre esses riscos, destacam-se aqueles relacionados ao **planejamento, à infraestrutura tecnológica, à manutenção e à gestão de pessoas**, os quais podem influenciar a capacidade institucional de assegurar a continuidade, a regularidade e a confiabilidade dos serviços prestados à população.

Embora muitos desses riscos não se originem diretamente na operação comercial, sua materialização pode afetar de forma relevante o desempenho operacional, a segurança e o cumprimento das diretrizes estratégicas da Companhia.

Para enfrentar esses riscos, a Companhia definiu **estratégias de resposta**, incluindo **ações de tratamento, monitoramento** e, quando aplicável, **aceitação**, formalizadas por meio de planos de ação e acompanhadas pelas instâncias responsáveis, com foco na preservação da capacidade operacional e no fortalecimento dos controles internos.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

EVOLUÇÃO DA MATURIDADE EM GESTÃO DE RISCOS

Ao longo de 2025, a CBTU avançou no amadurecimento da gestão de riscos e controles internos, com **destaque para a revisão e publicação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, da Declaração de Appetite por Riscos e de normativos complementares que orientam a execução do processo de GRCI na Companhia.**

Nesse contexto, destaca-se, ainda, a **criação do Comitê de Gestão de Riscos e Controles (GRC)**, instância responsável por apoiar a Alta Administração no acompanhamento da exposição a riscos, na avaliação da efetividade dos controles e no alinhamento da gestão de riscos às diretrizes estratégicas da Companhia.

Adicionalmente, foram intensificadas ações de comunicação interna voltadas à disseminação de orientações sobre gestão de riscos e controles internos, incluindo o esclarecimento de conceitos, nomenclaturas e responsabilidades, contribuindo para o fortalecimento da cultura de riscos e para a maior uniformidade na compreensão e aplicação do modelo adotado pela Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS

Auditoria
Ouvidoria
Corregedoria
Ética e Integridade
Governança Corporativa
Comunicação Institucional
Gestão de Riscos e Controles

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Operação Metroferroviária
Negócios Não Operacionais
Manutenção da Infraestrutura
Fomento à Mobilidade Urbana

MACROPROCESSOS DE APOIO

Gestão de TIC
Gestão Financeira
Gestão de Pessoas
Gestão Patrimonial
Compras e Licitação
Gestão de Contratos
Projetos Estratégicos
Operações Contábeis
Gestão Orçamentária
Gestão de Serviços Jurídicos
Gestão Documental e Processos
Conservação e Serviços de Apoio
Gestão Ambiental e Sustentabilidade

CADEIA DE VALOR

CORRELAÇÃO ENTRE RISCOS FORA DO APETITE, MACRORRISCOS E CADEIA DE VALOR

Os riscos posicionados acima do apetite institucional apresentam relação direta com macrorriscos associados a processos estruturantes e transversais da Companhia, os quais sustentam a execução da atividade finalística. Embora, em sua maioria, não se originem diretamente na operação metroferroviária, esses riscos tendem a repercutir sobre os macroprocessos da cadeia de valor, influenciando a capacidade de planejamento, suporte e execução das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional.

Nesse contexto, a análise integrada dos riscos fora do apetite, dos macrorriscos e dos macroprocessos permite compreender como fragilidades em processos de apoio e institucionais podem impactar a entrega do serviço de transporte de passageiros, conforme ilustrado na Cadeia de Valor da Companhia, ilustrada à esquerda.

ANÁLISE DE AMBIENTES

O estudo dos ambientes interno e externo de uma organização, por meio da identificação dos seus pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças às quais ela está exposta, se mostra bastante eficaz no reconhecimento dos fatores que influenciam no seu funcionamento, fornecendo informações bastante úteis no processo de elaboração do seu planejamento.

O principal resultado da análise dos ambientes da CBTU se concretiza na matriz SWOT (ou FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), ferramenta-conceito eficaz para esse tipo de análise.

A seguir a matriz SWOT desenvolvida para o período 2024-2028:



MATRIZ SWOT			
F O R Ç A S	• Expertise metroferroviária • Capacidade de articulação político-institucional • Transporte de alta capacidade • Política tarifária social • Modal rápido, seguro e regular • Transporte social e ambientalmente sustentável • Empresa pública federal com atuação em diversos Estados	O P O R T U N I D A D E	• Aumento do número de passageiros transportados • Ampliação e modernização dos sistemas existentes • Demanda reprimida por sistemas metroferroviários • Integrações intermodais • Exploração comercial dos sistemas • Captação de recursos via órgãos governamentais e privados • Marco Legal do Transporte Público Coletivo • Meta climática de redução de emissão de carbono • Ser agente do governo federal para estudos e projetos de mobilidade
	• Geração de receitas próprias insuficientes • Sucateamento / Obsolescência dos equipamentos e de parte da infraestrutura • Processos não integrados e pouco informatizados • Pendência de regularização dominial • Alto custo com despesas obrigatórias • Quadro de pessoal insuficiente com considerável quantitativo de aposentados e aposentáveis • Práticas de gestão de pessoas passíveis de aperfeiçoamento e plano de carreira defasado • Elevado contencioso judicial		• Dotação orçamentária insuficiente • Falta de investimento no modal metroferroviário • Priorização do modal rodoviário • Baixa participação nas políticas de mobilidade locais • Escassez de fornecedores nacionais para operação e manutenção dos sistemas • Descontinuidade administrativa e política • Alto preço de energia e combustíveis • Segurança pública precária • Desequilíbrio nas regras de repasse de recursos oriundos dos convênios de integração • Lei 8.693/93 e Programa Nacional de Desestatização

CONTROLE DAS DEMANDAS JUDICIAIS

Até 31 de dezembro de 2025, a CBTU configurava como parte, tramitando nos tribunais de justiça em todo território nacional:

Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são os locais com o maior quantitativo de ações.

QUANTITATIVO DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO EM 2025

5.563
processos ativos



887

NATUREZA
CÍVEL

594

NATUREZA
TRIBUTÁRIA

4.082

NATUREZA
TRABALHISTA

QUANTITATIVO DE SETENÇAS INGRESSADAS POR MÊS EM 2025

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AC	101	79	35	41	46	53	204	33	27	33	52	26
BH	9	24	28	13	45	48	85	28	31	33	20	30
JOP	13	15	44	14	23	5	13	11	5	9	9	12
MAC	18	16	8	10	22	26	24	15	8	16	6	7
NAT	2	10	3	16	18	17	10	6	6	9	9	13
REC	67	107	113	73	140	157	128	133	169	291	195	164
TOTAL	210	251	231	167	294	306	464	226	246	391	291	252

CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS

Durante o ano de 2025, foram pagos R\$111.962.619,00 em sentenças judiciais.

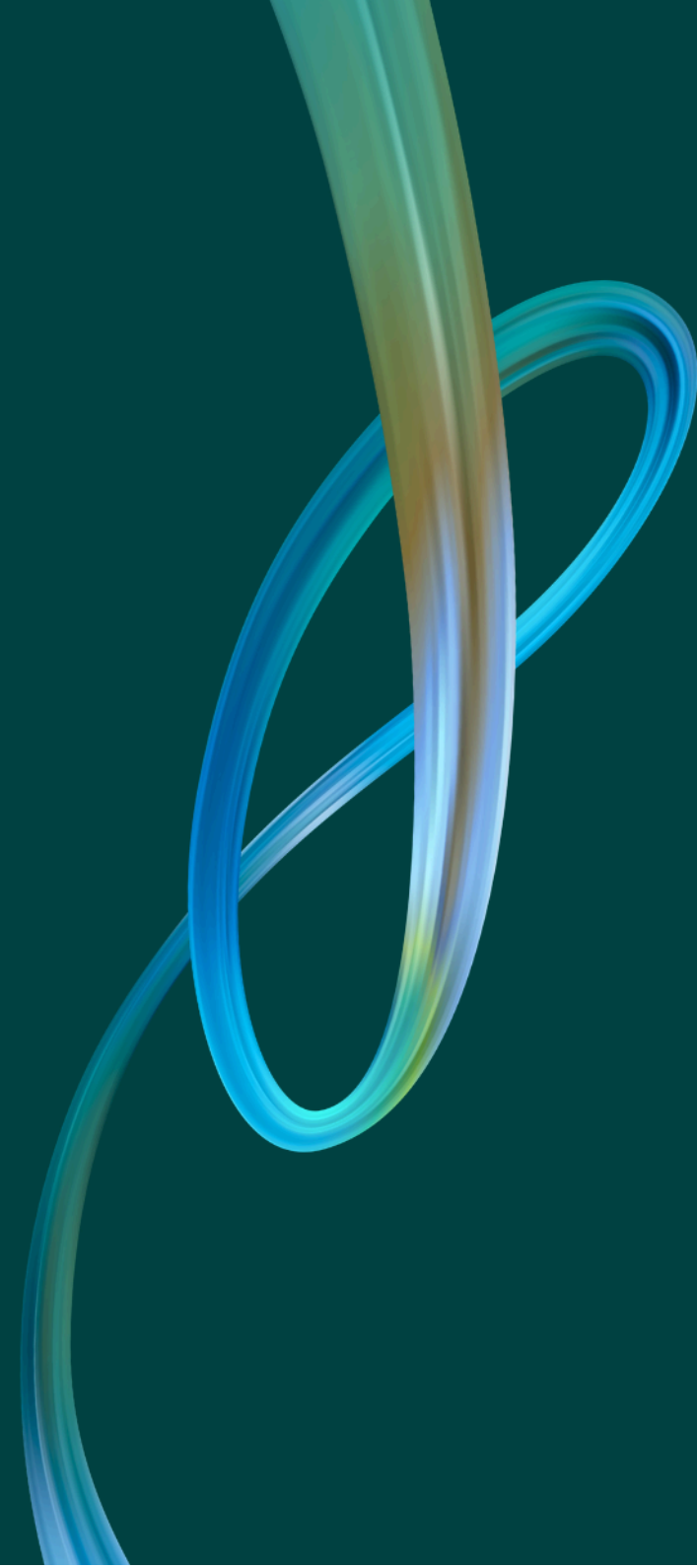
R\$94.536.512,00
em sentenças trabalhistas

R\$17.426.108,00
em ações cíveis, fiscais e tributárias

PENSÕES E INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO

Em processos judiciais oriundos de acidente ferroviário, em que a CBTU é condenada a pagamento de indenizações e benefícios mensais e/ou periódicos por período específico ou vitaliciamente, o autor se torna pensionista da Companhia e recebe as prestações devidas em folha de pagamento de pensões e indenizações por acidente ferroviário. Em 2025, o valor pago foi de R\$ 21.210.640,05.

Registra-se que, além dos pagamentos realizados no exercício de 2025, Houve R\$ 200 milhões em provisões relacionadas a pensões e indenizações por acidentes ferroviários, conforme detalhado nas demonstrações financeiras.



RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS

PLANO DE NEGÓCIOS 2025

Para o exercício de 2025, a Companhia definiu os objetivos estratégicos que seriam priorizados e os correspondentes projetos a compor o Plano de Negócios. Essa escolha refletiu uma avaliação criteriosa das possibilidades reais da Companhia, das diretrizes de curto e longo prazo e da necessidade de concentrar esforços em áreas críticas.

Os objetivos priorizados foram desdobrados em projetos e ações a serem monitorados de forma sistemática no Plano de Negócios de 2025, com metas, indicadores e iniciativas associadas, garantindo foco, alinhamento e disciplina na execução estratégica.

Diante do contexto interno e externo no qual a Companhia esteve inserida em 2025, primeiro ano do Planejamento Estratégico vigente, serão destacados a seguir os principais resultados.



OBJETIVOS PRIORITÁRIOS 2025



MISSÃO: Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.

VISÃO: Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES:

Excelência, Inclusão social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade

SOCIEDADE

Aperfeiçoar a integração com outros modais

Melhorar a experiência e a satisfação dos usuários

Promover o engajamento da sociedade para melhoria dos serviços ofertados e imagem da Companhia

Aumentar o público atendido

Expandir a oferta de soluções em mobilidade

Ampliar a participação no planejamento urbano

FINANCEIRA

Reduzir o ônus com ações judiciais

Elevar as receitas operacional e acessórias

Otimizar os custos operacional e administrativo

PROCESSOS INTERNOS

Garantir a eficiência operacional do sistema

Desenvolver ações e contratações sustentáveis

Aprimorar procedimentos operacionais e administrativos

Implantar/Integrar sistemas para automatizar os processos internos

Fortalecer práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecer e valorizar a gestão de pessoas

Promover a aprendizagem contínua e gestão do conhecimento

Fomentar a cultura da inovação e criatividade

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS

MELHORAR A EXPERIÊNCIA E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Ações de Requalificação de Estações e Edificações:



NATAL

- Início da **construção de seis novas estações na Superintendência de Natal**, fruto de uma parceria com o Estado do Rio Grande do Norte para melhorar a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Natal, com previsão de conclusão em 2026.



RECIFE

- **Licitação da reforma das coberturas de quatro estações** da Superintendência de Recife. Processo apto para contratação e início das obras mediante liberação orçamentária.

EXPANDIR A OFERTA DE SOLUÇÕES EM MOBILIDADE

Desenvolvimento de estudos e projetos de transporte:

- Assinatura do **Termo de Cooperação Técnica com o município de Valparaíso de Goiás/GO** para estudo do trem de passageiros conectando o município à Brasília/DF.



RECIFE

- Inclusão do estudo do VLT PAZ - BRUM no Relatório de Redes Estruturais Planejadas do BNDES.

IMPLANTAR/INTEGRAR SISTEMAS PARA AUTOMATIZAR OS PROCESSOS INTERNOS

Ações de melhoria dos Processos Internos:

- Finalização do mapeamento macro dos processos para futura implantação do sistema ERP - **Projeto Conecta CBTU**
- Conecta CBU - Implantação, na CBTU, dos módulos do ERP PROTHEUS atualmente em uso pela Superintendência de Trens Urbanos de Recife.
- Projeto de Implantação dos Módulos de Recursos Humanos do ERP RM TOTVS com conclusão de 100% do previsto para 2025.

PROMOVER A APRENDIZAGEM CONTÍNUA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Ações de expansão da gestão do conhecimento:

- A Companhia contabilizou **3.381 participações em ações de treinamento e capacitação**, ante 2.596 participações em 2024, evidenciando crescimento 30% no volume de participações.

REDUZIR ÔNUS COM AÇÕES JUDICIAIS

- Ações da GAJUR acompanhadas no Plano de Negócios 2025

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS

GARANTIR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO SISTEMA

Foram pagos quase 90 milhões de reais em contratos para operação e manutenção. Dentre as ações e Projetos de engenharia implementados nas Superintendências Regionais, destacam-se:



NATAL

- Aquisição de 1720 unidades de dormentes de polímero reciclado necessários para as demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura da via permanente da STU-Natal.



RECIFE

- Fornecimento de 04 truques reboque e 02 truques tração para o VLT 03
- Aquisição de 19.858 dormentes monobloco de concreto TR-45
- Aquisição de 1365,6 ton. de trilhos TR-57
- Contratação de empresa na requalificação do material rodante dos TUEs (frotas CISM e CAF) contemplou a revisão geral da frota de Trens de Unidade Elétrica (TUEs), abrangendo os modelos CISM e CAF. A revisão corresponde à primeira fase de um total de duas fases, tendo sido contemplados na Fase 1 apenas os itens classificados como essenciais à segurança. A primeira entrega dos componentes revisados está prevista para dezembro de 2025. A revisão da frota CISM contemplará exclusivamente os disjuntores extra rápidos.



MACEIÓ

- Aquisição de 1818 unidades de dormentes de polímero reciclado necessários para as demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura da via permanente da STU-MAC.



JOÃO PESSOA

- Aquisição de 939,53 toneladas de trilhos TR-45 para substituição de 21 km de trilhos na STU-JOP

Além dos objetivos estratégicos prioritários, merece destaque o avanço das ações desenvolvidas pela Companhia em outros objetivos estratégicos:

STU MACEIÓ - Recuperação operacional do trecho interditado

Em decorrência da situação de instabilidade geotécnica registrada na região do bairro Mutange, em Maceió/AL, associada às atividades de extração de sal-gema historicamente realizadas na área, o trecho ferroviário operado pela CBTU naquela região permanece com a circulação suspensa por medida de segurança. A Companhia acompanha permanentemente as condições da região, em articulação com a Defesa Civil do município e os órgãos públicos competentes, avaliando as medidas necessárias para a recuperação da infraestrutura ferroviária e para a futura retomada da operação.

No contexto das tratativas voltadas à solução consensual da controvérsia, conduzidas ao longo de vários meses, não foi possível obter da Braskem proposta formal que viabilizasse a composição da demanda. Diante disso, foi dado prosseguimento às medidas judiciais cabíveis, estando o processo atualmente em tramitação.

Com o objetivo de assegurar a adequada representação institucional da União, foi solicitada a atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no processo judicial, o que foi acolhido pelo Ministério das Cidades.

Paralelamente, encontra-se em execução Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a CBTU e a Braskem, voltado à definição de diretrizes operacionais e estruturais para a recuperação do trecho ferroviário afetado.

O instrumento, formalizado em agosto de 2025, possui vigência de 20 meses e contempla ações relacionadas à remodelação do trecho temporariamente suspenso e à revitalização das passagens de nível, com vistas ao restabelecimento das condições operacionais e à futura retomada da operação pela CBTU. Importa destacar que o referido acordo de cooperação não gerou impacto contábil ou financeiro nas demonstrações financeiras do exercício.



OBJETIVOS PRIORITÁRIOS 2026



MISSÃO: Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.

VISÃO: Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES:

Excelência, Inclusão social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade

SOCIEDADE

Aperfeiçoar a integração com outros modais

Melhorar a experiência e a satisfação dos usuários

Promover o engajamento da sociedade para melhoria dos serviços ofertados e imagem da Companhia

Aumentar o público atendido

Expandir a oferta de soluções em mobilidade

Ampliar a participação no planejamento urbano

FINANCEIRA

Reduzir o ônus com ações judiciais

Elevar as receitas operacional e acessórias

Otimizar os custos operacional e administrativo

PROCESSOS INTERNOS

Garantir a eficiência operacional do sistema

Desenvolver ações e contratações sustentáveis

Aprimorar procedimentos operacionais e administrativos

Implantar/Integrar sistemas para automatizar os processos internos

Fortalecer práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecer e valorizar a gestão de pessoas

Promover a aprendizagem contínua e gestão do conhecimento

Fomentar a cultura da inovação e criatividade

PERSPECTIVAS E DESAFIOS 2026

A CBTU tem reiterado o seu compromisso na prestação de um transporte público metroferroviário acessível e seguro à população atendida. Para o ano de 2026, seguindo o Plano de Negócios aprovado em 2025, a Companhia planeja **aprimorar os procedimentos operacionais e administrativos, implantar e integrar sistemas para automatizar os processos internos, além de fortalecer e valorizar a gestão de pessoas**. A empresa também tem se preparado para **melhorar a experiência do usuário, expandir a oferta de soluções em mobilidade e garantir a eficiência operacional** do sistema.

Apesar do cenário de contingenciamento orçamentário, a CBTU estabeleceu as metas descritas nas páginas subsequentes para o exercício de 2026 e, apesar dos desafios, seguirá priorizando a eficiência operacional, a satisfação do usuário e a gestão de pessoas.

2026

DESAFIOS GERAIS:

- Restrições orçamentárias que impactam a operação e a manutenção dos sistemas ferroviários.
- Previsão de R\$230 milhões para despesas discricionárias é insuficiente, requerendo suplementação orçamentária de R\$55 milhões para custeio e R\$85 milhões para investimentos.
- Degradação dos sistemas ferroviários, que requer investimento significativo para garantir a segurança e a eficiência da operação.
- Necessidade de otimizar os custos operacionais e administrativos para mitigar o impacto das restrições orçamentárias.
- Aquisição de VLTs e TUEs para modernizar a frota e melhorar a experiência do usuário.
- Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e do módulo de RH do Conecta CBTU, melhorando a gestão de pessoas e os processos internos.
- Revisão do Plano de Emprego e Salários (PES), para valorizar a gestão de pessoas e melhorar a satisfação dos funcionários.

AÇÕES, METAS ESTRATÉGICAS E DESAFIOS PARA 2026

MELHORAR A EXPERIÊNCIA E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS



NATAL

- Conclusão da construção de seis estações ferroviárias na Superintendência Regional de Natal, melhorando a mobilidade urbana na região. R\$ 7.937.837,23

GARANTIR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO SISTEMA

- Assinatura de Ata de Registro de Preço para aquisição de VLTs para todas as STUs, 20 unidades, R\$ 760.569.554,60



RECIFE

- Entrega de 2 rebocadores e 1 caminhão rodoferroviários, R\$16.934.990,00;
- Entrega de 60 mil dormentes de concreto afetados pelo fenômeno do RAA, TED-nº 969375 SEMOB/MCID na STU-REC, R\$ 24.994.705,88;
- Conclusão do serviço de substituição de trilhos no estaleiro Cavaleiro da STU-REC, R\$ 9.152.713,10;
- Assinatura de Ata de Registro de Preço para aquisição de TUEs para STU-REC, 20 unidades, R\$ 1.292.213.901,42.

APRIMORAR PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS

- Dar continuidade à **implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI** na Companhia

FORTALECER E VALORIZAR A GESTÃO DE PESSOAS

- Dar continuidade às iniciativas de aprimoramento da gestão de pessoas da Companhia, incluindo a realização de estudos internos voltados à atualização do Plano de Empregos e Salários – PES, com vistas ao aperfeiçoamento da estrutura de cargos, das faixas salariais e dos critérios de desenvolvimento profissional.

Considerando o atual contexto institucional da Companhia, marcado pelo avanço das diretrizes governamentais relacionadas ao processo de desestatização da STU Recife, avaliou-se a necessidade de readequação do cronograma inicialmente previsto para a revisão completa do PES, conforme estabelecido no Plano de Negócios.

Nesse cenário, a Companhia priorizará, ao longo de 2026, a condução de estudos técnicos internos, contemplando:

- revisão das descrições de cargos, incluindo responsabilidades, habilidades e qualificações requeridas, bem como análise de eventuais reenquadramentos funcionais;
- atualização da tabela de valores salariais, com revisão de faixas e níveis de progressão;
- reavaliação dos critérios de avaliação de desempenho.

Os resultados desses estudos serão submetidos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, para apreciação e eventual deliberação quanto ao encaminhamento das propostas à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

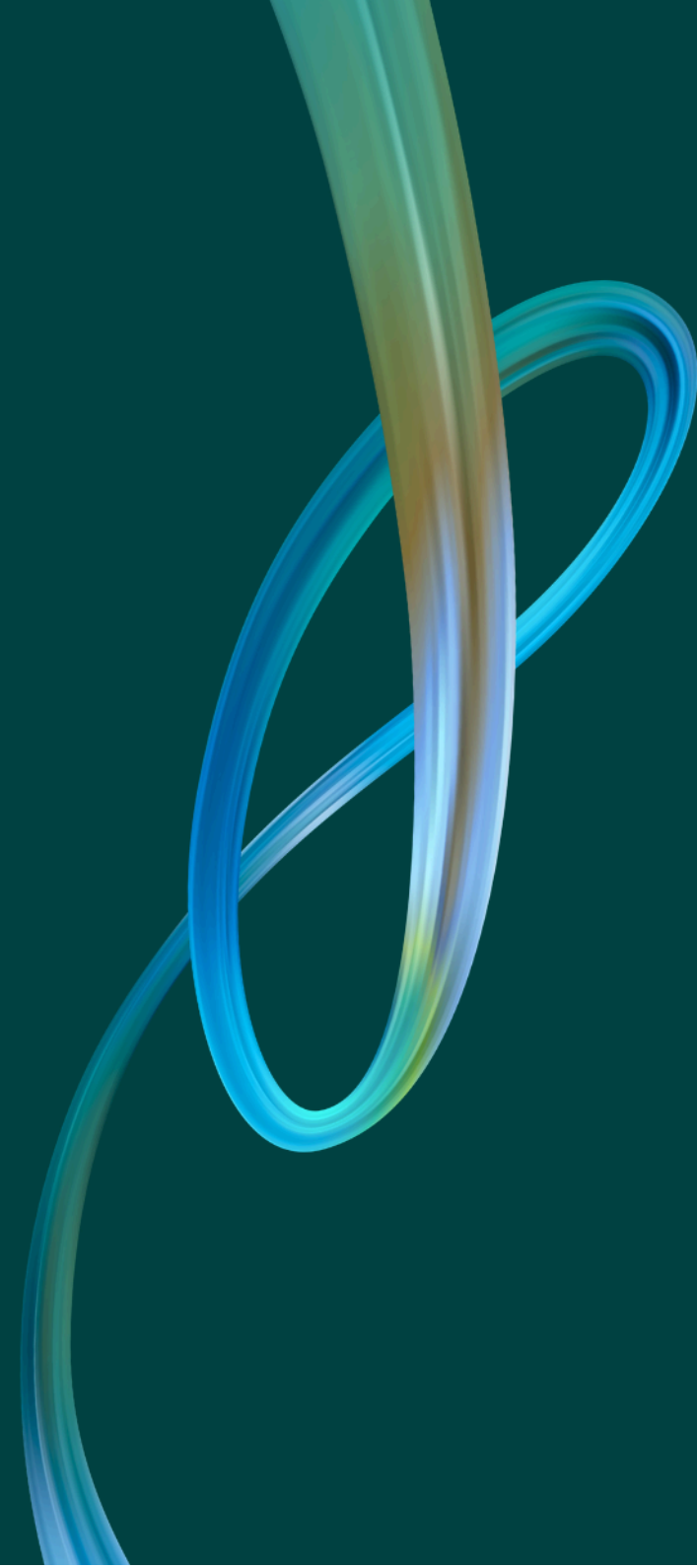
AÇÕES, METAS ESTRATÉGICAS E DESAFIOS PARA 2026

IMPLANTAR/INTEGRAR SISTEMAS PARA AUTOMATIZAR PROCESSOS

- **Conecta CBTU:** implantar o módulo de RH (folha de pagamento e treinamento)

OTIMIZAR O CUSTO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO

- **Programa de Demissão Voluntária:** realização dos estudos de dimensionamento da força de trabalho e elaboração da proposta do programa para aprovação nas instâncias competentes.



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O exercício de 2025 foi marcado por um cenário orçamentário desafiador. A publicação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), em abril, somada à redução de 42% nas despesas discricionárias (de R\$ 308 milhões em 2024 para R\$ 175 milhões em 2025), exigiu uma postura austera da Companhia na gestão dos empenhos e desembolsos mensais para assegurar a prestação dos serviços.

Diante dessa restrição, as Superintendências implementaram um rigoroso plano de adequação, que incluiu a revisão de escopos contratuais e a adequação de processos operacionais. Paralelamente, a CBTU atuou proativamente junto aos órgãos competentes em todas as janelas de alteração orçamentária. Destaca-se, no segundo semestre, a suplementação de R\$ 40 milhões destinada à STU Recife, aporte decisivo para a manutenção de contratos essenciais até o encerramento do exercício.

No que tange aos investimentos, a dotação de R\$ 9,5 milhões limitou-se ao atendimento de contratos já em execução. O montante mostrou-se insuficiente para cobrir a totalidade das repactuações necessárias e inviabilizou novas contratações estruturantes, essenciais para reverter o avançado estado de degradação dos sistemas e garantir a confiabilidade dos ativos.



PRINCIPAIS INDICADORES ÁREAS DE ATUAÇÃO



NATAL

Não Eletrificada (Km): 79,40
Estações: 28
Municípios Atendidos: 6
Popul. dos municípios(mil)(6): 1.292



JOÃO PESSOA

Não Eletrificada (Km): 30
Estações: 13
Municípios Atendidos: 4
Popul. dos municípios(mil) (6): 1.213



RECIFE

Eletrificada (Km): 37,7
Nao Eletrificada (km): 33,7 (2)(3)
Estações: 36
Municípios Atendidos: 4
Popul. dos municípios(mil)(6): 2.297



MACEIÓ

Não Eletrificada (Km): 34,4
Estações: 15
Municípios Atendidos: 3
Popul. dos municípios(mil)(6): 1.1

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

Indicadores	Recife			Natal			João Pessoa		
	2024	2025	%	2024	2025	%	2024	2025	%
Passageiros transportados (mil)	44.168	35.756	-19	1.506	1.125	-25.3	818	795	-2.8
Passageiros por dia útil (mil)	151.9	130.6	-14	5.5	4.2	-22.7	3	2.9	-2.8
Receita Operacional (R\$ mil)	70.563	59.124	-16.2	3.450	2.537	-26.5	1.575,30	1.621.10	2.9
Receita Não Operacional (R\$ mil)	3.550	3.549	-0.03	175.1	134.6	-26.9	68	99.3	45.96
Receita Total (R\$ mil)	74.113	61.639	-16.8	3.632	2.654	-26.9	1.643,30	1.680.90	2.3
Custo Total (R\$ mil)	427.236	460.059	7.7	59.746	60.082	0.6	50.254	52.216	3.9
Custo Unitário (R\$ mil)	9.67	12.87	33	39.68	53.4	34.6	61.42	65.66	6.9
Tarifa Nominal (R\$)	4.25	4.25	0	2.5	2.5	0	2.5	2.5	0
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1.6	1.65	3.5	2.29	2.25	-1.6	1.93	2.04	5.7
Taxa de Cobertura Plena (%)	17.3	13.4	-22.8	5.9	4.3	-27	3.2	3.1	-2.5
Regularidade (%)	85.7	80.2	-6.4	99.1	98.1	-1	99.8	98.6	-1.2
Pontualidade (%)	60.2	73.8	22.6	91.5	92.9	1.5	97.5	91.6	-6



O valor de aluguel da Nota 14 – Receita Bruta, apresentada na seção Demonstrações Contábeis, corresponde a parcela da Receita Não Operacional. Já o valor apresentado nos indicadores de desempenho inclui Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e receitas provenientes de contratos sob gestão da Administração Central, por isso não são diretamente comparáveis.

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL

Indicadores	Maceió			Sistemas CBTU		
	2024	2025	%	2024	2025	%
Passageiros transportados (mil)	421	418	-0.7	46.913	38.094	-18.8
Passageiros por dia útil (mil)	1.4	1.5	4.8	161.7	139.2	-13.9
Receita Operacional (R\$ mil)	945.7	936.5	-1	76.534	64.219	-16.1
Receita Não Operacional (R\$ mil)	46.5	41.4	-10.88	3.840	3.825	-0.4
Receita Total (R\$ mil)	992.1	960.6	-3.2	80.381	66.935	-16.7
Custo Total (R\$ mil)	43.580	46.809	7.4	580.816	619.166	6.6
Custo Unitário (R\$)	103.48	111.96	8.2	12.38	16.25	31.3
Tarifa Nominal (R\$)	2.5	2.5	0	-	-	-
Tarifa Efetiva Média (R\$)	2.25	2.24	-0.2	1.63	1.69	3.7
Taxa de Cobertura Plena (%)	2.3	2	-10	13.8	10.8	-21.9
Regularidade (%)	96.7	88.6	-8.3	85	80.7	-5.1
Pontualidade (%)	95	94.8	-0.2	67.8	78.2	15.3



O valor de aluguel da Nota 14 – Receita Bruta, apresentada na seção Demonstrações Contábeis, corresponde a parcela da Receita Não Operacional. Já o valor apresentado nos indicadores de desempenho inclui Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e receitas provenientes de contratos sob gestão da Administração Central, por isso não são diretamente comparáveis.

LIMITE ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - 2025

AÇÃO	LEI + CRÉDITOS	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHO	%	LIQUIDADO (INCLUI RAP)	LIMITE FINANCEIRO	PAGO (INCLUI RAP)	%
GOVERNO								
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(D)	(E)	(F)	(F/E)
Administração da Unidade	18.896.072,00	18.896.072,00	18.896.072,00	100%	19.026.688,18	18.984.686,87	18.984.686,87	100%
Funcionamento dos Sistemas	186.069.150,00	186.068.786,50	186.068.786,50	100%	195.553.862,43	195.340.571,70	195.340.571,70	100%
Investimentos	9.520.085,00	9.519.920,00	9.519.920,00	100%	66.536.823,52	62.127.695,95	62.127.695,95	100%
Pessoal	648.684.530,00	639.173.655,70	639.144.958,06	100%	631.024.797,74	608.897.455,68	608.897.455,68	100%
Capacitação	500.000,00	493.389,74	493.389,74	100%	594.516,42	585.635,04	585.635,04	100%
Publicidade Utilidade Pública	120.000,00	119.931,14	119.931,14	100%	139.552,20	139.552,20	139.552,20	100%
Pensões	23.219.420,00	23.204.021,76	23.204.021,76	100%	22.131.505,14	21.991.491,76	21.991.491,76	100%
Ajuda de custo para moradia	113.325,00	113.325,00	113.325,00	100%	92.286,60	69.438,54	69.438,54	100%
Sentenças Judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	5.000.000,00	60.355,78	60.355,78	100%	60.355,78	3.500,00	3.500,00	100%
Sentenças e depósitos Judiciais Cíveis	24.304.570,00	18.069.298,85	18.069.298,85	100%	18.058.813,09	17.940.848,30	17.940.848,30	100%
Sentenças e depósitos Judiciais Trabalhistas	128.476.479,00	106.508.479,48	106.508.479,48	100%	106.369.619,19	106.355.805,36	106.355.805,36	100%
Sentenças Judiciais transitadas em julgado (Precatórios)								0%
Cumprimento de Acordo REFER (Definitivo)	390.627.636,00	390.627.636,00	390.627.636,00	100%	387.011.451,07	387.011.451,07	387.011.451,07	100%
TOTAL	1.435.531.267,00	1.392.854.871,95	1.392.826.174,31	100%	1.446.600.271,36	1.419.448.132,47	1.419.448.132,47	100%

LIMITE ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO - 2025

AÇÃO	LEI + CRÉDITOS	DESTAQUE RECEBIDO	EMPENHO	%	LIQUIDADO (INCLUI RAP)	LIMITE FINANCEIRO	PAGO (INCLUI RAP)	%
GOVERNO								
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(D)	(E)	(F)	(F/E)
DNIT - ADM DA UNIDADE		173.252,42	173.252,42	100%	287.583,03	285.707,13	285.707,13	100%
SPU - ADM DA UNIDADE		163.886,08	163.886,08	100%	165.405,65	166.468,20	166.468,20	100%
MDR - ACOES DE PROTECAO E DEFESA CIVIL					15.780.618,36	15.837.618,36	15.837.618,36	100%
PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO		27.193.375,39	27.193.375,39	100%	16.191.541,79	15.961.517,90	15.961.517,90	100%
TOTAL	0	27.530.514	27.530.514	100%	32.425.149	32.251.312	32.251.312	100%
TOTAL GERAL	1.435.531.267	1.420.385.386	1.420.356.688	100%	1.479.025.420	1.451.699.444	1.451.699.444	100%

GESTÃO DE PESSOAS

O principal regente das relações de trabalho, no âmbito da CBTU, é o Decreto 5.452/1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas. Além disso, para assegurar a conformidade da Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016), a Companhia observa as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), ligada ao Ministério da Economia. Os dados a seguir são de dezembro /2025.

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO:

2.746



28 empregado(a)s PCD

606 empregado(a)s aposentado(a)s em atividade (24% do total)

373 empregado(a)s movimentado(a)s para outros órgãos

DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO



488

Mulheres: 488 (18%)



2.258

Homens: 2.258 (82%)

GESTÃO DE PESSOAS

DIVERSIDADE, EQUIDADE E AMBIENTE DE TRABALHO

No exercício, a Companhia avançou no fortalecimento de iniciativas voltadas à promoção de um ambiente de trabalho respeitoso, inclusivo e livre de discriminação, em consonância com as diretrizes de governança, integridade e gestão de pessoas.

Nesse contexto, foi aprovada a Política de Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio, instrumento institucional que estabelece princípios, diretrizes e mecanismos voltados à promoção do respeito à diversidade, à prevenção de condutas inadequadas no ambiente de trabalho e ao fortalecimento de canais institucionais de acolhimento e tratamento de denúncias.

Como parte dessas iniciativas, a Companhia realizou levantamento do perfil sociodemográfico de seu público interno por meio de formulário de autodeclaração voluntária e anônima, com o objetivo de subsidiar o aprimoramento das políticas de diversidade, equidade e inclusão.

PRINCIPAIS INICIATIVAS NO EXERCÍCIO - 2025



**Aprovação da Política de
Prevenção e Combate à
Discriminação e ao Assédio**



**Realização do Mapeamento
Institucional de Diversidade,
Equidade e Inclusão (DEI)**



**Levantamento do perfil de
diversidade da alta
administração**

GESTÃO DE PESSOAS – DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

DIVERSIDADE, EQUIDADE E AMBIENTE DE TRABALHO

PERFIL AGREGADO DOS RESPONDENTES DO LEVANTAMENTO DE DIVERSIDADE

Indicador	Quantidade
Empregados da Companhia	2.746
Respondentes do levantamento	317
Taxa de participação	11,50%

NOTA METODOLÓGICA

As informações decorrem de levantamento institucional realizado mediante autodeclaração voluntária e anônima, sendo divulgadas exclusivamente de forma agregada, sem identificação de indivíduos. Os resultados representam o universo de respondentes e têm caráter indicativo para subsidiar o desenvolvimento de políticas institucionais de diversidade, equidade e inclusão.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS RESPONDENTES

Categoria	Quantidade
Branca	103
Parda	144
Preta	20
Indígena	3
Amarela	3
Prefiro não responder	12

IDENTIDADE DE GÊNERO

Categoria	Quantidade
Homem cis	174
Mulher cis	114
Prefiro não informar	17
Sem resposta	12

GESTÃO DE PESSOAS - DESTAQUES 2025

PERFIL DE DIVERSIDADE DA ALTA ADMINISTRAÇÃO (2025)

A Companhia também realizou levantamento por autodeclaração com membros de seus órgãos estatutários, com o objetivo de conhecer, de forma agregada, o perfil sociodemográfico da alta administração.

As informações são tratadas exclusivamente em nível estatístico, sem identificação individual, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

Indicador	Quantidade
Total de declarantes	9
Mulheres	1
Homens	8
Pessoas negras (pretas ou pardas)	4
Pessoas brancas	5
Pessoas com deficiência	0

REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e dos órgãos estatutários da Companhia observa os limites e diretrizes fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI, bem como as deliberações da Assembleia Geral, em conformidade com o Estatuto Social da CBTU e com o disposto na Lei nº 6.404/1976.

Para os membros da Diretoria Executiva, a estrutura remuneratória é composta por honorários e demais parcelas de natureza remuneratória previstas na regulamentação aplicável às empresas estatais federais, compreendendo, auxílio-alimentação, plano de saúde, previdência complementar, auxílio-moradia, gratificação natalina, gratificação de férias e eventual remuneração decorrente de período de quarentena, quando aplicável.

No exercício de 2025, a remuneração mensal consolidada dos administradores e membros dos colegiados totalizou **R\$ 1.638.841,72**, abrangendo a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria.

A composição da remuneração dos administradores e membros dos colegiados, no exercício de 2025, encontra-se resumida no quadro a seguir, em consonância com os parâmetros aprovados em Assembleia Geral e diretrizes da SEST/MGI:

Composição da Remuneração Mensal dos Órgãos Estatutários (R\$)	
Período Janeiro a Dezembro/2025	
Órgão	Valor Mensal (R\$)
Diretoria Executiva	1.237.087,40
Conselho de Administração	230.862,36
Conselho Fiscal	99.581,33
Comitê de Auditoria	71.310,63
Total	1.638.841,72

Nota: As parcelas remuneratórias observam os parâmetros aprovados em Assembleia Geral e as diretrizes estabelecidas pela SEST/MGI para empresas estatais federais, não contemplando reembolsos de despesas, diárias ou passagens eventualmente custeadas pela Companhia.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

A Companhia manteve seu compromisso com o desenvolvimento e a valorização de pessoal, promovendo ações de capacitação e aperfeiçoamento voltadas ao fortalecimento das competências do quadro funcional e ao aprimoramento dos processos organizacionais.

As iniciativas integram a Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Companhia e contribuem para o aprimoramento da qualificação da força de trabalho, o fortalecimento da gestão do conhecimento e o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.



Promover a equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;



Estimular através da capacitação, a busca pela inovação de processos de trabalhos e serviços;



Incentivar o autodesenvolvimento e o desenvolvimento profissional contínuo;



Fomentar a gestão do conhecimento organizacional;



Promover, aos empregados que exercem funções de gerência, condições de desenvolvimento das habilidades de liderança e gestão, permitindo uma atuação estratégica e capaz de mobilizar e potencializar sua equipe de trabalho.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO REALIZADOS EM 2025

Investimento **R\$ 608.098,99**

No exercício, foram investidos R\$ 608.098,99 em iniciativas de treinamento e desenvolvimento, abrangendo ações de capacitação. Ao longo do ano, as ações de capacitação realizadas pela Companhia totalizaram 3.381 participações em treinamento, indicador que reflete o volume de inscrições em atividades formativas, considerando que um mesmo empregado pode participar de mais de uma ação de capacitação.



INSTRUTORIA INTERNA

Em 2025, a CBTU contou com 2.139 participações, contempladas, entre outras, em três principais ações de instrutoria interna, conduzidas por especialistas da própria Companhia: Atualização do RILC, Treinamento de EVTEA e Gestão e Fiscalização de Contratos e Concessão de Uso.



GESTÃO AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS

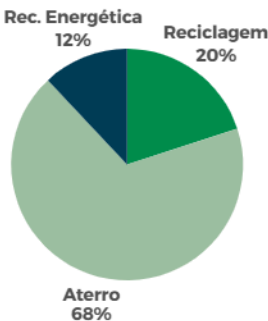
A CBTU realiza a gestão de resíduos por meio dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, implementados em cada STUs, com bases nas exigências da Lei 12.305 de 2010, o Decreto Regulamentador 7.404 de 2010 e as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - a respeito de cada categoria.



Resíduos sólidos gerados pela CBTU:

Quantidade 2024	Destinação Final
5,7 toneladas	Reaproveitamento, rerrefino, coprocessamento, incineração, aterro Classe I
1335 unidades	Reciclagem (Baterias alcalinas (Ni/Cd) e Chumbo Ácido)
9,4 toneladas	Reciclagem (Eletroeletrônicos)
1901 unidades	Descontaminação/reciclagem, logística reversa, aterro classe I
2,3 toneladas	Aterro sanitário
26 toneladas	Aterro Inerte/Compostagem/Reciclagem
3,5 toneladas	Cooperativa de reciclagem

TIPO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS:



Houve uma diminuição projetada de **92%** no descarte correto dos resíduos em comparação com 2024, em virtude da melhoria continua realizada ao longos dos últimos anos. Portanto, para fins de análise, considerou-se os benefícios da questão de sustentabilidade o quantitativo na ordem de **47 toneladas** de resíduos ambientalmente descartados ao longo do ano de 2025

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Os critérios de sustentabilidade também estão presentes nos processos de contratações de produtos e serviços da CBTU, previstos no Procedimento Ambiental nº 08 de 2013 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.



CONFORMIDADE AMBIENTAL

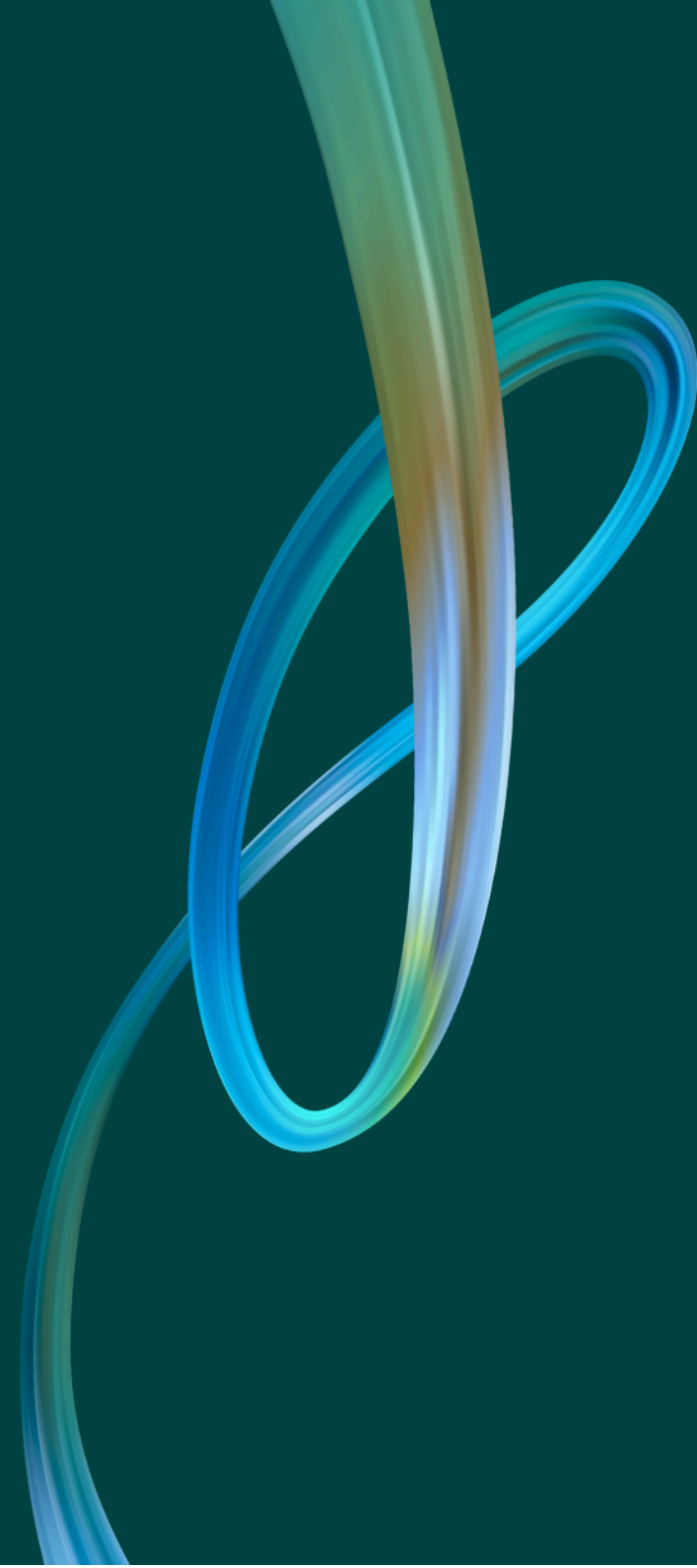
Todas as unidades da CBTU encontram-se regulares junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF/APP – IBAMA e também têm trabalhado na regularização e atualização dos processos de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Comitês de Sustentabilidade realizam ações como envio de informativos, campanhas, palestras e treinamentos com os empregados a fim de disseminar a cultura de sustentabilidade na Companhia.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - Nota 04	52.389	58.299	71.173
Contas a Receber - Nota 05	9.259	8.292	4.753
Adiantamento de Férias	-	4.185	3.819
Almoxarifados	47.009	41.885	37.451
	108.657	112.661	117.196
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Nota 06	52.929	47.212	36.225
Impostos a Recuperar - Nota 07	3.205	2.872	2.552
	56.134	50.084	38.777
IMOBILIZADO - Nota 08	1.667.833	1.644.850	1.642.924
INTANGÍVEL - Nota 09	21.802	21.802	19.329
	1.689.635	1.666.652	1.662.253
	1.745.769	1.716.736	1.701.030
TOTAL DO ATIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226



PASSIVO

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Fornecedores e Empreiteiros	7.355	1.816	1.633
Provisão para Férias	30.915	35.938	36.555
Provisão para Contingências - Nota 10		-	434.668
Salários a Pagar - Nota 11	35.460	28.638	26.735
Depósitos e Consignações	7.284	6.700	6.291
Recursos Fiscais e Previdenciários	14.364	729	14.549
Obrigações a Pagar - Nota 12	115.771	64.064	47.782
Fundação REFER Nota 19.3	392.538	377.811	360.618
	603.687	515.696	928.831
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	2.390.072	2.212.133	676.700
Obrigações a Pagar - Nota 12	180.414	-	-
Recursos para Aumento de Capital - Nota 12	-	-	152
Fundação REFER - Nota 19.3	2.706.775	2.793.189	2.840.313
	5.277.261	5.005.322	3.517.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 13			
Capital Social Realizado - Nota 13.1	6.548.725	6.456.613	6.325.714
Reserva de Reavaliação de Bens - Nota 13.2	-	193	688
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13.3	99.078	99.678	166.957
Prejuízos Acumulados Nota 13.4	(10.674.325)	(10.248.105)	(9.121.129)
	(4.026.522)	(3.691.621)	(2.627.770)
TOTAL DO PASSIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14		
Transportes Ferroviários	64.219	76.534
Aluguéis e Arrendamentos	3.692	3.690
	67.911	80.224
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços	(366)	(366)
	67.545	79.858
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(657.328)	(621.282)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(589.783)	(541.424)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas - Nota 16	(437.902)	(188.620)
Depreciações e Amortizações	(64.898)	(65.650)
Provisão para Contingências	(2.916)	(1.200.938)
Reversão da Provisão ao Valor Recuperável de Bens	-	8.241
	(505.716)	(1.446.967)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.095.499)	(1.988.391)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.285.346	1.227.513
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.847	(760.878)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
Receita Financeira	3.686	3.797
Despesa Financeira	(609.407)	(369.194)
	(605.721)	(365.397)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(415.874)	(1.126.275)
Resultado da Baixa de Bens	(10.539)	(1.196)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)
Outros Resultados Abrangentes	-	(495)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.966)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	Capital Social Realizado	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024- Reapresentado	6.325.714	688	(8.302.361)	166.957	(1.809.002)
Ajustes de exercícios anteriores - Nota 3	-	-	(818.768)	-	(818.768)
Saldos em 01 de janeiro de 2024 - Reapresentado	6.325.714	688	(9.121.129)	166.957	(2.627.770)
Integralização de Capital Social	130.899	-	-	(130.742)	157
Realização de Reservas	-	(495)	495	-	-
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	63.463	63.463
Prejuízos do Exercício	-	-	(1.127.471)	-	(1.127.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2024- Reapresentado	6.456.613	193	(10.248.105)	99.678	(3.691.621)
Integralização de Capital Social	92.111			(92.111)	-
Realização de Reservas		(193)	193		-
Recursos para Aumento de Capital				91.511	91.511
Prejuízos do Exercício			(426.413)		(426.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.548.725	-	(10.674.325)	99.078	(4.026.522)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Os valores estão descritos em milhares de reais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)
AJUSTES POR:	765.724	1.494.897
Variação Monetária	280.103	26.276
Depreciações e Amortizações	64.898	65.650
Encargos - REFER	315.324	339.047
Baixa de Bens	10.539	1.196
Provisão ao Valor Recuperável	-	(8.241)
Provisão pensões vitalícias	200.214	-
Provisão para Contingências	(105.336)	1.070.979
Créditos a Recuperar	(18)	(12)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	(4.766)	(16.120)
Cortas a Receber	(967)	(3.539)
Almoxarifados	(5.124)	(4.435)
Depósitos Judiciais	(2.861)	(7.779)
Adiantamentos de Férias	4.186	(367)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	333.546	364.637
Fornecedores e Empreiteiros	(5.539)	(183)
Salários a Pagar	(6.821)	(1.903)
Provisão para Férias	5.021	618
Amortização da REFER	387.011	368.977
Outras Contas a Pagar	(46.126)	(2.872)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	999	(13.331)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(98.420)	(63.006)
Aquisição de Imobilizado	(98.420)	(62.970)
Aquisição de Intangível	-	(36)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	91.511	63.463
Recursos para Aumento de Capital	91.511	63.463
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(5.910)	(12.874)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.910)	(12.874)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	58.299	71.173
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	52.389	58.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO (DVA)

Os valores estão descritos em milhares de reais

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
Receita de Prestação de Serviços	64.219	76.534
Receita de Aluguéis, Arrendamentos e Concessões	3.692	3.690
Provisão pensões vitalícias	(200.214)	-
Provisão para Contingências	(2.916)	(1.200.938)
	(135.219)	(1.120.714)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais Consumidos	20.897	23.306
Energia, Serv.de Terceiros, Outras Desp.Operacionais	243.678	221.407
Perda na Realização de Ativos	10.539	1.196
	275.114	245.909
VALOR ADICIONADO BRUTO	(410.333)	(1.366.623)
Depreciação e Amortização	(64.898)	(65.650)
	(64.898)	(65.650)
VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZ. PELA ENTIDADE	(475.231)	(1.432.273)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	1.285.346	1.227.513
Receitas financeiras	3.686	3.797
	1.289.032	1.231.310
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	813.801	(200.963)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	813.801	(200.963)
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	414.990	336.310
Benefícios	73.547	117.491
FGTS	37.051	33.836
	525.588	487.637
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	104.947	69.478
Estaduais	244	36
Municipais	28	163
	105.219	69.677
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	609.407	369.189
	609.407	369.189
Juros sobre adiantamento de capital		5
RESULTADO RETIDO	(426.413)	(1.127.471)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU) é uma Companhia pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela União Federal. A Companhia está vinculada ao Ministério das Cidades (MCID), desde janeiro de 2023.

A CBTU foi constituída com base no art. 5º da Lei 3.115/1957, nos Decretos 74.242/1974 e Decreto 89.396/1984, é regida pela Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), pela Lei 13.303/2016, (Lei das Estatais) pelo Decreto 8.945/2016, além de seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

A Companhia tem por objeto:

- a) executar os planos e programas aprovados pelo MCID, em consonância com o Plano Nacional de Viação, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, conforme previsto no Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) planejar, estudar, projetar e construir a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em consonância com as políticas de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) operar e explorar comercialmente os serviços de passageiros sobre trilhos;
- d) gerenciar as participações societárias da União em Companhias de transporte de passageiros sobre trilhos; e
- e) a exploração econômica da sua marca, patentes, denominação, insígnia, bem como de todos os recursos potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico, bens móveis e imóveis, áreas, espaços e, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros de forma direta ou consorciada.

A CBTU é responsável pela operação de sistemas ferroviários de transporte de passageiros em regiões metropolitanas como Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Sua atuação promove a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público através da adoção de diretrizes que consolidam os Metrô e os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) como principais modais estratégicos para as grandes e médias cidades brasileiras.

Situação econômica-financeira:

A CBTU vem apresentando com recorrência nos últimos exercícios findos em 31 de dezembro Patrimônio Líquido Negativo, conforme detalhado na Nota 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto). Apesar disso, a continuidade operacional da Companhia não está comprometida, uma vez que a União, como única acionista, realiza aportes regulares de recursos por meio do Orçamento Geral da União (OGU). Esses recursos são alocados anualmente por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) e são utilizados para o pagamento de despesas de custeio e investimentos.

Continuidade Operacional:

As atividades da Companhia são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional, assegurando a manutenção das operações, apesar dos prejuízos acumulados e geração de caixa operacional negativa. A execução financeira é realizada conforme os sistemas estruturantes do orçamento federal, garantindo a viabilidade econômica-financeira e operacional da CBTU.

A CBTU está estruturada no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI como um órgão com quatro Unidades Gestoras operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Execução Orçamentária e situação dos repasses financeiros:

No exercício, findo em 31 de dezembro 2025, o Governo Federal adotou medidas de bloqueio e contingenciamento das despesas discricionárias, bem como o faseamento dos limites de empenho, nos termos da Lei Complementar nº 210/2024. O art. 12 da referida lei autoriza o contingenciamento das dotações, inclusive de emendas parlamentares, na mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias, observadas as prioridades definidas pelo Poder Legislativo. Essas medidas impactaram o ritmo de execução orçamentária dos órgãos federais, incluindo o Ministério das Cidades, resultando em atrasos temporários nos repasses financeiros destinados à CBTU nesse exercício.

Como consequência desse cenário fiscal, a Companhia enfrentou restrições momentâneas de caixa e liquidez durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que ocasionaram adiamentos no pagamento de determinadas obrigações operacionais e tributárias. A Administração ressalta que tais efeitos decorrem exclusivamente do cronograma de liberação orçamentária e não representam risco à continuidade das operações, considerando a obrigatoriedade legal e constitucional de aporte de recursos pela União.

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CBTU em 20/03/2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade e Continuidade

2.1.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis previstas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

2.1.2 Declaração de Continuidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, conforme explicado na nota 01 – Contexto Operacional.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os elementos apresentados nas Demonstrações Contábeis são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera. Dessa forma, a "moeda funcional" da Companhia é "o Real", que também é utilizada como a moeda corrente nacional e de apresentação.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas e julgamentos por parte da administração, baseados nas informações disponíveis. Essas estimativas são revisadas de forma contínua e incluem áreas de maior incerteza, conforme detalhado nas notas explicativas a seguir:

·Nota 5 – Contas a Receber: Constituída PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) adotando os critérios: tempo de decurso superior a cinco anos sem recuperação efetiva e baixa probabilidade de realização dos créditos registrados.

Nota 8.3 – Imobilizações em Andamento: Refere-se à contabilização dos ativos imobilizados que ainda estão em fase de construção ou instalação, o que exige a aplicação de estimativas sobre os custos totais e o tempo de conclusão;

·Nota 8.4 – Depreciações: é calculada sobre os ativos imobilizados pelo Método Linear, considerando o tempo estimado de vida útil dos bens e aplicando as taxas estabelecidas pelo Regulamento do Imposto de Renda – RIR/2018 (Decreto nº 9.580/2018) e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017.

·Nota 9 – Intangíveis: são submetidos anualmente a testes de recuperabilidade, conforme o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para garantir que o valor contábil não exceda o valor recuperável dos ativos. Caso seja identificado um valor contábil superior ao recuperável, é constituída uma provisão para perda por Impairment.

·Nota 10 – Provisão para Contingências: Envolve o reconhecimento de provisões para litígios e outras obrigações contingentes, cujo resultado é incerto e depende de julgamentos baseados na probabilidade de perdas e montantes envolvidos conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

Nota 12 – Obrigações a pagar: As premissas atuariais utilizadas para cálculo do valor presente das obrigações atuariais estão de acordo com as técnicas e modelagens usualmente utilizadas para cálculo de provisionamento atuarial de pensões concedidas tanto na modalidade vitalícia quanto na forma temporária.

·Nota 19.3 – Dívida da REFER: é o reconhecimento da dívida através das provisões a curto e longo prazo; e

·Nota 23 – Programa Nacional de Desestatização: Trata-se da participação da Companhia no programa governamental, com estimativas relacionadas ao impacto financeiro de eventuais mudanças na estrutura de controle e gestão.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4 Base de Mensuração

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando aplicável o valor justo conforme divulgado na nota explicativa 2.4.11) e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de Escrituração das Transações:

A Companhia adota o regime de competência para o registro de suas operações.

2.4.2. Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários:

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, utilizando-se os respectivos índices aplicáveis.

2.4.3. Aplicações Financeiras:

As Aplicações Financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros e em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.986 de 17 de fevereiro de 2022.

2.4.4. Estoques:

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo que este não excede o seu valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado não excedendo seu valor de reposição.

2.4.5. Ativo Imobilizado e Intangível:

Os ativos imobilizados e intangíveis são demonstrados pelos custos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados conforme os seguintes aspectos:

- Depreciação: O ativo imobilizado é depreciado pelo método linear, considerando-se o tempo de vida útil dos bens e as taxas de depreciação estabelecidas pelo RIR 2018 (Decreto nº 9.580/2018) e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- Teste de Impairment: A CBTU realiza o Teste de Impairment ao final de cada exercício para avaliar a recuperabilidade dos ativos não circulantes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o teste de Impairment não apresentou redução do imobilizado.
- Intangível: Composto basicamente por direitos de uso e programas de softwares, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, devendo ser amortizados pelos respectivos prazos de vida útil definida. A Administração encontra-se efetuando uma análise pormenorizada desses ativos visando a definição de sua vida útil definida e por consequência o início do cálculo de sua amortização. O efeito da amortização do intangível não calculada em 2025 e 2024 são consideradas irrelevantes pela Administração da CBTU.

2.4.6. Provisões:

Uma provisão é reconhecida quando, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4.7. Ativos e Passivos contingenciais:

Ativos e Passivos contingenciais são direitos ou obrigações possíveis que resultam de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade.

São contabilizados no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtido futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como segue:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. A CBTU não tem ativos contingentes registrados contabilmente em 31 de dezembro (nota explicativa 22).

Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais ou administrativos, envolvendo ações cíveis, trabalhistas, tributárias e previdenciárias entre outros riscos mensuráveis. São contabilizados se classificados como "prováveis" e mensuráveis de forma confiável, conforme avaliado por assessores legais. As demandas classificadas como possíveis (sem provisão contábil) são divulgadas na nota explicativa 10, e aquelas classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas, salvo quando a divulgação for necessária para adequada compreensão dos usuários das demonstrações financeiras.

Quando aplicável, a Companhia considera, na avaliação de risco e mensuração, a existência de garantias, depósitos judiciais, decisões que suspendam a exigibilidade e a fase processual da demanda.

2.4.8. Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência, refletindo os eventos econômicos nos respectivos períodos em que ocorrem.

2.4.9. Determinação do Valor Justo:

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. É realizada por meio de técnicas de avaliação, como fluxos de caixa descontados, com base em taxas de mercado observáveis na data de mensuração. A política de valor justo visa assegurar que as transações representem uma troca entre partes não relacionadas em condições normais de mercado.

2.4.9.10 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, especialmente a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada conforme as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como essas riquezas foram distribuídas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2024 e o saldo de abertura em 01/01/2024, para fins de comparação, de acordo com NBC TG 23(R4) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Esses ajustes decorrentes de erros identificados pela Administração em determinadas transações e grupos de contas estão referenciados nas notas explicativas abaixo:

- Nota 6.2 – Depósitos Judiciais: Ajuste no saldo de variação monetária em 31/12/2024, na STU-Recife, de R\$ 27;
- Nota 8 – Imobilizado: Provisão ao valor recuperável de bens de Belo Horizonte no valor R\$ 566.636, em 01/01/2024;
- Nota 10 – Provisão para Contingências: Ajuste na provisão do processo cível, nº 0002534-90.2005.8.17.0001 referente Descumprimento Contratual por parte da Construções e Comercio Camargo Correa S/A, categorizado como risco provável em exercício anterior, no valor R\$ 252.272, em 01/01/2024;
- Nota 11 – Salários a pagar: Regularização de registros contábeis indevidos na provisão de salários a pagar, em 01/01/2024, no valor de R\$ 32;
- Nota 12 – Obrigações a pagar: Regularização de lançamentos contábeis indevidos no valor de R\$ 107, em 01/01/2024;
- Nota 14.3 – Recursos para Aumento de Capital: Reclassificação de recursos que não foram reconhecidos e registrados como aumento de capital, em 31/12/2024, no valor de R\$ 7.567.

Para efeito de comparabilidade, a Companhia retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 31 de dezembro de 2024 (01/01/2024) quando aplicáveis a efeitos retroativos aos exercícios anteriores a 01 de janeiro de 2024, conforme preconizado na NBC GT 23.

Segue a composição dos demonstrativos contábeis sujeito a reapresentação em 31 de dezembro de 2024 e 01 de janeiro de 2024:

	BALANÇO PATRIMONIAL					
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO	01/01/2024 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	01/01/2024 REAPRESENTADO
ATIVO						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
DEPÓSITOS JUDICIAIS	47.238	(27)	47.212			
IMOBILIZADO	2.211.486	(566.636)	1.644.850	2.209.560	(566.636)	1.642.924
TOTAL DO ATIVO	2.396.060	(566.636)	1.829.396	2.384.863	(566.636)	1.818.226
PASSIVO						
CIRCULANTE						
SALÁRIOS A PAGAR	28.671	(32)	28.638	26.768	(32)	26.735
OBRIGAÇÕES A PAGAR	64.171	(107)	64.064	47.890	(107)	47.782
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.959.861	252.272	2.212.133	424.428	252.272	676.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	92.112	7.567	99.678			
PREJUÍZO ACUMULADOS	(9.421.743)	(826.362)	(10.248.105)	(8.302.361)	(818.766)	(9.121.127)
TOTAL DO PASSIVO	2.396.060	(566.636)	1.829.396	2.384.863	(566.636)	1.818.226

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	1.235.080	(7.567)	1.227.513
RECEITA FINANCEIRA	3.824	(27)	3.797
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	92.112	7.567	99.678
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.421.743)	(826.362)	(10.248.105)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(2.872.825)	(818.768)	(3.691.621)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)
VARIAÇÃO MONETÁRIA	26.250	27	26.276
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	55.897	7.567	63.463

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
RECEITA DE SUBVENÇÕES	1.235.080	(7.567)	1.227.513
RECEITA FINANCEIRA	3.824	(27)	3.797
RESULTADO RETIDO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES

Este grupo de contas é composto por valores disponíveis em caixa, valores em trânsito oriundos da arrecadação de receitas, aplicações financeiras de liquidez imediata e os saldos mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional, que incluem repasses do Tesouro Nacional e recursos próprios da Companhia. Estes recursos são destinados a cobrir as despesas previstas no orçamento da CBTU, conforme autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	34	34
Conta Única do Tesouro Nacional - 4.1	46.153	54.044
Valores em Trânsito - 4.2	4.001	2.252
Aplicações Financeiras - 4.3	2.201	1.969
Total:	52.389	58.299

4.1. Conta Única do Tesouro Nacional

Os valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional derivam de repasses do **Orçamento Geral da União (OGU)** previstos na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Esses valores são destinados exclusivamente ao pagamento de despesas operacionais e investimentos previstos no orçamento da Companhia.

4.2. Valores em Trânsito

Valores em Trânsito são receitas de bilhetes e serviços ainda não creditadas em conta, mas já contabilizadas como receita do período tendo em vista sua identificação contábil e regime de competência.

4.3. Aplicações Financeiras

As Aplicações Financeiras correspondem a investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e são registradas ao custo acrescido dos rendimentos financeiros apropriados até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro. Tais aplicações seguem os critérios estabelecidos no **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**, e visam à manutenção da liquidez da Companhia com segurança e eficiência na rentabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
RFFSA - 5.1	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	454
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	158	98
Garantias	2145	1893
Créditos em Liquidação - 5.2	101.787	101.055
OUTRAS	146	223
	119.558	118.591
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - 5.3	(110.299)	(110.299)
Total:	9.259	8.292

5.1. RFFSA

Esta conta refere-se a desembolsos realizados pela CBTU, anteriormente de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são provenientes de **desapropriações e obras de expansão** da extinta Superintendência de Trens Urbanos (STU) de Belo Horizonte, executadas em áreas de influência tanto da CBTU quanto da RFFSA. Para apuração desses custos, foi aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos.

A extinta RFFSA, no entanto, está questionando diversos aspectos do critério de rateio aplicado. Conservadoramente, a CBTU constituiu uma provisão para **créditos de liquidação duvidosa** relativa aos valores contestados no montante de R\$ 14.136 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Considerando que não houve acordo entre as partes, com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a Advocacia Geral da União (AGU) para mediação. Foram realizadas várias reuniões com a participação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/AGU) na qual a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos.

Contudo, em 20/03/2025 a CBTU recebeu o OFÍCIO SEI nº 14731/2025/MF da PGFN informando que a RFFSA inscreveu a dívida – Certidão de Dívida Ativa nº 10625004381-08.

5.2. Créditos em Liquidação – Consórcio Grande Recife:

Esta rubrica refere-se a valores devidos pelo Consórcio Grande Recife, relacionada à parcela da CBTU na partilha tarifária da integração ônibus-metrô, contestados pelo Consórcio em relação aos cálculos apresentados pela CBTU. Atualmente, existem três processos judiciais em curso para cobrar o débito, sendo que a CBTU procedeu com a inscrição do Consórcio no **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)**.

Além disso, foi protocolada uma representação no Ministério Público Federal contra os Presidentes do Consórcio e do **Sindicato das Companhias de Transportes de Passageiros (Urbana)**.

Desse saldo, a CBTU constituiu PCLD em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 95.441. O valor residual não coberto por PCLD no melhor julgamento da CBTU é realizável.

5.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

Em função da incerteza quanto à recuperação dos créditos registrados relacionados à RFFSA, ao Consórcio Grande Recife e aos precatórios decorrentes da ação contra a Prefeitura de São Paulo, no montante de R\$ 723 em 31 de dezembro de 2025, a CBTU constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com os critérios aplicáveis do CPC 01 (R1).

Para constituição da provisão, durante os exercícios findos em 31 de dezembro, a Companhia adota como critérios:

- período superior a cinco anos sem recuperação ou avanço efetivo de cobrança; e
- baixa probabilidade de realização dos créditos registrados.



Não estão sendo apresentados as movimentações de PCLD considerando que os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são iguais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	01/01/2024 Reapresentado
Penhoras judiciais 6.1	3.169	5.480	6.273
Depósitos Judiciais 6.2	49.760	41.732	29.953
Saldo do Período	52.929	47.212	36.226

Os Depósitos Judiciais refletem valores retidos pela CBTU em virtude de disputas judiciais, incluindo penhoras e depósitos recursais. A seguir, detalhamos os principais componentes deste grupo

6.1. Penhoras Judiciais

As penhoras judiciais referem-se a penhoras nas receitas de bilheteria, principalmente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife. Esses bloqueios decorrem de processos judiciais nos quais a Companhia é parte conforme divulgado na nota explicativa de contingências – **nota 10**. A composição detalhada dos valores relacionados às penhoras é apresentada abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	REC	OUTRAS	TOTAL	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	5.255	225	5.480	6.048	225	6.273
Penhoras do Período	-	-	-	501	-	501
Recuperação de Penhoras	(2.311)	-	(2.311)	(1.294)	-	(1.294)
Saldo do Período	2.944	225	3.169	5.255	225	5.480

6.2. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são constituídos principalmente por pagamentos de **depósitos recursais trabalhistas**, que visam à reforma de sentenças em ações em que a CBTU é parte. Em 2022, foi instituído um Grupo de Trabalho, com o propósito de **depuração e regularização das contas de depósitos judiciais**, com foco na correlação entre os depósitos e os processos judiciais em tramitação. O Grupo de trabalho finalizou em 12/2024.

Esse grupo também atuou no registro contábil adequado das atualizações monetárias dos depósitos judiciais.

A reapresentação conforme nota explicativa 03 foi devida a um ajuste no saldo de variação monetária do exercício findo, em 31 de dezembro de 2024 na STU-Recife no valor de R\$ 27;

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	41.732	29.953	19.975
Adições	13.633	17.258	15.266
Atualização Monetária	2.856	3.207	2.531
Baixas	(8.461)	(8.686)	(7.819)
Saldo do Período	49.760	41.732	29.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Os Impostos a Recuperar representam valores relacionados a processos de restituições de **tributos e contribuições federais**, principalmente relacionados ao **Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras** de disponibilidades da Companhia. Esses valores são corrigidos com base na taxa referencial do **Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC** e estão em processo de compensação junto à Receita Federal.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo do Exercício Anterior	2.872	2.552
Adições	19	13
Baixas	(1)	-
Variação Monetária	315	307
Saldo do Período	3.205	2.872

NOTA 08 – IMOBILIZADO

8.1. Imobilizado Geral

O imobilizado geral corresponde aos bens móveis e imóveis utilizados na operação e administração da CBTU. Cabe destacar que a transferências dos bens imóveis da **Unidade de Belo Horizonte** para o **Estado de Minas Gerais**, cindida em setembro de 2022, ainda não foi concluída, porém efetuamos a provisão do saldo recuperável dos bens no valor de R\$ 566.634. As tratativas para regularização da documentação estão em andamento junto à Direção da CBTU. Os saldos referentes a unidade BH apresentam saldo de custo, líquido de depreciação e do valor recuperável igual a zero em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Em março/2025 foram baixados 2 VLTs da STU-Maceió (VLT MAC 02 e VLT MAC 05) conforme processo 286/2023, cujo montante líquido foi de R\$ 10.498, registrado na Demonstração de resultado na conta 365110100 Desincorporação de Ativos.

A reapresentação do Imobilizado foi devido a provisão ao valor recuperável de Bens de Belo Horizonte (R\$ 566.634) e São Paulo (R\$ 2);
Segue a movimentação do Imobilizado Geral:

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	1.644.850	1.642.924	2.237.823
Adições / Doação	98.420	62.969	37.889
Baixas	(10.539)	(1.194)	(10.724)
Provisão Valor recuperável de bens	-	-	(566.636)
Reversão / Impairment	-	8.227	-
Depreciações	(64.898)	(65.650)	(53.890)
Transferencia Intangível	-	(2.426)	(1.538)
Saldo do Período	1.667.833	1.644.850	1.642.924

8.2. Imobilizado Detalhado

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO (%)	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Terrenos	-	228.508	228.508	228.508
Edificações	1,25 a 2,00	414.658	408.781	405.166
Instalações	2,00 a 3,33	793.448	761.302	742.565
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	912.991	905.365	885.443
Veículos	20	14.069	9.638	9.661
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	75.313	65.142	59.563
Outras Imobilizações Tangíveis	10	41.437	40.397	41.193
Imobilizações em Andamento	-	384.275	367.688	360.992
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	429.982	429.982	436.442
		3.294.681	3.216.803	3.169.533
Bens Imóveis Não Operacionais - BH		566.634	566.634	566.634
Depreciações Acumuladas		(1.265.531)	(1.210.636)	(1.157.058)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(927.951)	(927.951)	(936.185)
Total:		1.667.833	1.644.850	1.642.924

8.3. Imobilizações em Andamento

As **Imobilizações em andamento** representam investimentos em **obras e aquisições** cujos contratos estão em execução.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização celebrados com a **CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, do Estado de São Paulo, e para a Central Logística**, do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, não houve manifestação formal das partes quanto à aceitação ou contestação desses contratos.

Considerando que as tratativas relacionadas à cisão da filial de São Paulo não foram concluídas, desde 2019, está provisionado o valor total de **R\$ 327.696**, relativo aos investimentos em andamento nessas localidades, em conformidade com as exigências do **CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. A baixa desse valor ocorrerá após a conclusão formal das cisões com as Companhias beneficiárias.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Sistema de Recife	11.267	10.374
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	97.960
Sistema de São Paulo	227.515	227.515
Outras Obras	47.533	31.839
Subtotal:	384.275	367.688
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(327.696)	(327.696)
Total:	89.389	72.802

8.4. Depreciações

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo **Método Linear**, considerando o tempo estimado de **vida útil dos bens**, e em conjunto aplicando-se as taxas estabelecidas pelo **Decreto nº 9.580/2018 e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017**.

NOTA 09 – ATIVO INTANGÍVEL

O Ativo Intangível da Companhia compreende, basicamente, **direitos de uso e aquisição de softwares** utilizados nas operações administrativas e operacionais da CBTU. Esses ativos são amortizados com base no prazo de **vida útil** definido, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo **CPC 04 (R1) – Ativo Intangível**.

Reconhecimento e Mensuração:

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao **custo de aquisição** ou desenvolvimento, quando é provável que trarão benefícios econômicos futuros e quando os custos podem ser mensurados de forma confiável. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao **custo**, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de eventuais perdas por **redução ao valor recuperável (Impairment)**.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Vida Útil e Amortização:

A amortização dos softwares é calculada de forma sistemática pelo método linear ao longo da **vida útil estimada**. Essa estimativa reflete o tempo em que a CBTU espera obter os benefícios econômicos dos softwares e pode ser revisada periodicamente.

Atualmente a CBTU não amortiza seus Ativos Intangíveis, conforme descrito na nota explicativa 2.4.5.

Segue a composição do Intangível:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo do Exercício Anterior	21.802	19.329
Adições	-	36
Baixas	-	(3)
Transferência do Imobilizado	-	2.426
Reversão / Impairment	-	14
Saldo do Período	21.802	21.802

Testes de Recuperabilidade (Impairment):

Os ativos intangíveis são submetidos anualmente a **testes de recuperabilidade**, conforme o **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, para garantir que o valor contábil não exceda o valor recuperável dos ativos. Caso seja identificado um valor contábil superior ao recuperável, é constituída uma provisão para perda por Impairment. Não foram identificados pela Administração da CBTU evidências de necessidade de provisão para recuperação do saldo registrado em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 10 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Nota apresenta informações sobre provisões, passivos contingentes e decorrentes de demandas judiciais e administrativas, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Corresponde ao conjunto de exposições provenientes de litígios e obrigações de natureza trabalhista, cível e tributária que possam resultar desembolsos, abrangendo tanto os valores reconhecidos contabilmente (provisões) quanto os valores divulgados como passivos contingentes, conforme classificação de risco.

10.1 Critérios de reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia constitui **provisão** quando: (a) existe uma obrigação legal presente como resultado de evento passado; (b) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) o valor pode ser estimado de forma confiável.

As demandas classificadas como **perda possível** não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em Nota Explicativa, com descrição da natureza.

As demandas classificadas como **perda remota** não são reconhecidas e, em regra, não são divulgadas.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data-base, considerando riscos e incertezas. As estimativas são revisadas periodicamente, com suporte de pareceres da assessoria jurídica da Companhia e, quando aplicável, de pareceres externos, refletindo a evolução processual, decisões judiciais relevantes e ajustes de premissas (índices de atualização, juros, multas, honorários e fase de execução).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.2 Estrutura do contencioso — quantitativo de processos por natureza e risco

As ações judiciais em que a Companhia figura como parte foram reavaliadas e classificadas por natureza e probabilidade de perda, conforme segue:

	31/12/2025				31/12/2024			
Natureza	Perda provável	Perda possível	Perda remota	Subtotal	Perda provável	Perda possível	Perda remota	Subtotal
Trabalhista	828	2.082	1.172	4.082	623	1.449	1.432	3504
Cível	159	332	396	887	189	682	690	1561
Tributária	82	326	186	594	233	64	232	529
Total	1.069	2.740	1.754	5.563	1.045	2.195	2.354	5.594

10.3 Provisões reconhecidas (perdas prováveis) — composição e movimentação

As provisões para contingências reconhecidas no passivo em 31 de dezembro refletem as melhores estimativas da Administração quanto às perdas classificadas como prováveis, com base em avaliação técnica da área jurídica e de seus advogados externos, quando aplicável, revisada de forma contínua.



10.3.1 Movimentação das provisões por natureza (perdas prováveis)

Movimentação	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024 (Reapresentado)	388.221	1.781.363	42.548	2.212.133
(-) Pagamento de sentenças	(94.537)	(4.877)	(12.549)	(111.963)
(+/-) Provisão/Reversão do exercício	205.667	(176.631)	(22.407)	6.629
(+) Variação monetária	68.434	211.446	3.394	283.274
Saldo em 31/12/2025	567.785	1.811.301	10.986	2.390.072

10.4 Composição das Provisões e Passivos Contingentes

	31/12/2025				31/12/2024			
Natureza	Provisões (provável)		Passivos Contingentes (Possível)		Provisões (provável)		Passivos Contingentes (Possível)	
	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações
Trabalhista	567.785	828	463.360	2.082	388.221	623	742.477	1.449
Cível	1.811.301	159	171.382	332	1.781.363	189	196.040	682
Tributário	10.985	82	40.061	326	42.548	233	3.097	64
Total	2.390.072	1069	674.803	2.740	2.212.133	1.045	941.614	2.195

Incertezas relevantes: as perdas possíveis estão sujeitas a alterações relevantes em função de mudanças de entendimento jurisprudencial, decisões em recursos, resultados de perícias, homologações de cálculos (especialmente em fase de execução) e eventuais redefinições de escopo de obrigações e parâmetros de correção/juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.5. Principais demandas e eventos relevantes nos exercícios findos

A Companhia divulga, a seguir, causas selecionadas por materialidade, criticidade, estágio processual ou volatilidade da estimativa.

10.5.1 Demandas Trabalhistas

Dentre as principais demandas das ações, destacam-se as que possuem o seguinte objeto:

- Readmissão de empregados anistiados;
- Reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES);
- Isonomia, horas extras, adicional de periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

(i) Ação Civil Coletiva — transferência da sede para Brasília (Processo nº 0100007-78.2021.5.01.0044, 44ª VT/RJ)

No período, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos relacionados à nulidade de atos de transferência e indenização por dano moral coletivo, com revogação de medida liminar anteriormente concedida. Houve interposição de embargos de declaração, pendentes de julgamento ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia permanece acompanhando o feito. Classificado como perda possível no valor atualizado de R\$ 503.

(ii) Ação Coletiva SINDMETRO/MG (Processo nº 00009100-04.2009.5.03.0001, 18ª VT/BH) — fase de execução

A demanda permanece em fase de execução, com acompanhamento contínuo quanto a critérios de cálculo e obrigações correlatas. A Companhia acompanha e adota as medidas processuais cabíveis para mitigação de exposição e conformidade com decisões. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 116.599.

10.5.2 Demandas Cíveis

As principais demandas das ações cíveis possuem o seguinte objeto:

- Indenizações decorrentes de acidentes ferroviários;
- Desapropriações de imóveis; e
- Condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

(i) Ação de Desapropriação nº 0163194-18.1900.4.02.5101 — suspensão por Ação Rescisória nº 7967/DF (STJ)

O processo envolve a desapropriação de um terreno ocorrida em 1979, com um acordo inicial de pagamento já realizado pela CBTU. Porém, os autores alegam saldo remanescente devido, o que inclui correções monetárias e expurgos inflacionários.

No trimestre, ocorreram movimentações relacionadas à perícia e decisões em agravos. Posteriormente, houve comunicação de medida liminar em ação rescisória determinando a suspensão de execuções/cumprimentos de sentença correlatos, razão pela qual o feito permaneceu suspenso ao final do exercício. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 1.344.876.

iii) **Cumprimento de sentença — Contrato nº 20/1998 (TIP-TIMBI), PE (Processo nº 0002534-90.2005.8.17.0001)**

A demanda refere-se ao ressarcimento de custos adicionais decorrentes de atrasos na execução do referido contrato, ajuizada pelas Construtoras Queiroz Galvão e Camargo Correa, encontra-se em fase de cumprimento de sentença, com discussões técnicas quanto a critérios de cálculo e atualização. A Administração acompanha a evolução processual e revisa as estimativas quando houver novos elementos que impactem o valor provável/possível de desembolso. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 362.248.

10.5.3 Demandas Tributárias

As ações tributárias envolvem execuções fiscais e tributárias, incluindo impostos, taxas e contribuições previdenciárias. Houve redução no valor de risco dos processos tributários devido à garantia integral dos valores em execução.

Execução Fiscal Previdenciária e de IRPJ (Processo nº 1023196-30.2022.4.01.3400)

A execução fiscal refere-se a competências de 2018 a 2021, com acompanhamento de medidas processuais cabíveis. A Companhia apresentou exceção de pré-executividade, pendente de decisão, e monitora os impactos do protesto e de alterações de competência processual. Classificado como perda possível no valor atualizado de R\$ 23.044.

NOTA 11 – SALÁRIOS A PAGAR

Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito.

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Salários a Pagar	35.460	28.638	26.735
Total:	35.460	28.638	26.735

Este grupo foi reapresentado devido a regularização de registros contábeis indevidos na provisão de salários a pagar no valor de R\$ 32.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar são compostas principalmente das Pensões Vitalícias decorrentes de acidentes ferroviários envolvendo terceiros e valores relacionados à descentralização orçamentária/financeira do MDR.

A descentralização mencionada refere-se à **Transferência de Execução Descentralizada (TED)**, um instrumento utilizado para transferir recursos entre órgãos e entidades da administração pública, visando a execução de atividades e projetos específicos, sem alterar o orçamento original. Esse mecanismo facilita a gestão financeira entre diferentes órgãos federais e é regulamentado pelo **Decreto 10.426/2020**.

Seguindo o **Decreto 10.426/2020**, o **TED nº 04/2022** referente a liberação financeira para recuperação das áreas da CBTU-RECIFE atingidas pelas chuvas no mês de maio/2022, Despacho DOF 5567130, processo 59000.010368/2022-42, será baixado mediante o relatório de cumprimento de objeto final previsto para 2026.

Este grupo foi reapresentado devido à regularização de registros lançamentos indevidos, no valor de R\$ 107.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.1. Pensão Vitalícia

Composição das Obrigações a Pagar Circulante:

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Pensão Vitalícia	23.561	3.641	3.429
Integração Tarifária	232	232	233
Descentralização	88.301	57.327	43.253
Outras	3.677	2.864	868
Total:	115.771	64.064	47.783

Composição das Obrigações a Pagar Não Circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Pensão Vitalícia	180.414	-
Total:	180.414	-

As pensões vitalícias foram calculadas através de premissas atuariais e são decorrentes do compromisso da CBTU de pagamentos de indenizações a terceiros impostas por processos judiciais.

Base de dados das Pensões concedidas da CBTU em 31/12/2025. Pensionistas			
Descrição	2025		
Frequência	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio
Frequência Total	1.286	67,43	R\$1.321,08
Pensão Vitalícia	871	67,54	R\$1.459,17
Pensão Temporária	415	67,2	R\$1.031,26

As premissas atuariais utilizadas para esta Avaliação Atuarial estão de acordo com as técnicas e modelagens usualmente utilizadas para cálculo de provisionamento atuarial de pensões concedidas tanto na modalidade vitalícia quanto na forma temporária.

Item	Premissas
Data referência	31/12/2025
Taxa Real Anual de Juros	6,00%
(adotada no desconto a valor presente)	
Inflação futura estimada (2025)	4,05% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	Sexo Masculino: IBGE 2023 M
	Sexo Feminino: IBGE 2023 F

O valor apurado das pensões vitalícias foi de R\$ 200.214 sendo que os valores com vencimento acima de 12 meses foram classificados no Passivo Não Circulante, no valor de R\$ 180.414.

Em observância à NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, item 50, o saldo da conta Pensão Vitalícia não está sendo reapresentado de forma retrospectiva devido à impossibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados a cada exercício. Dessa forma, caso fossem reapresentados, não estariam apresentando informações fidedignas.



NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

13.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social Integralizado da CBTU é de R\$ 6.548.725, representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes integralmente à União (R\$ 6.456.613, representando por 18.642.346.766.155 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024).

Esta, como única acionista, realiza aportes através do Orçamento Geral da União (OGU) para custear as despesas operacionais e os investimentos da CBTU. Esses recursos, provenientes do Tesouro Nacional, são alocados anualmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e executados integralmente nos sistemas federais de orçamento.

13.2. Reserva de Reavaliação de Bens

Essa reserva foi constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. Sua realização ocorre gradualmente, por meio de depreciações, baixas e alienações desses bens, sendo registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Nos termos do CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, a Companhia optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até a sua completa realização. No exercício findo em 31/12/2025, o saldo remanescente da reserva (R\$ 193) foi integralmente realizado, com a correspondente transferência para prejuízos acumulados.

13.3. Recursos para Aumento de Capital

Em 30/04/2025, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (Atas AGO/E nº 01 e 02-2025) aprovou a subscrição de capital no valor de R\$ 92.112 na DMPL, correspondentes aos aportes referentes aos anos de 2024 (R\$ 55.897) e 2023 (R\$ 36.215).

Durante 2025, a Companhia recebeu recursos para aumento de capital no valor de R\$ 91.970, aplicados em despesas de capital, conforme Nota Técnica Conjunta GAPLO/GAFIN nº 830/2026.

Desse total, R\$ 91.511 referente ao próprio exercício e R\$ 459 como saldo vindo do exercício 2024 e não devolvido ao tesouro no encerramento deste ano. Acrescentado ao valor de R\$ 91.511 ao aporte remanescente recebido no exercício 2024, mas não classificado como AFAC na ocasião, no valor de R\$ 7.567, já incluído os R\$ 459.

Dessa forma, o montante total a ser integralizado ao capital social será de R\$ 99.078, composto por R\$ 91.511 do AFAC 2025 e R\$ 7.567 do AFAC 2024, regularizado em março/2025.

Com a transformação da CBTU, em 21/06/2018, de Sociedade de Economia Mista em Companhia Pública, deixou de ser aplicada a correção pela SELIC sobre os valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, passando tais valores a serem contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Manual SIAFI – Macro função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Companhias.

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Saldo Anterior	99.678	166.957
Integralização de Capital Social	(92.111)	(130.742)
Recursos para Aumento de Capital	91.511	63.463
Saldo do Período	99.078	99.678

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13.4. Patrimônio Líquido Negativo

Em 31/12/2025, a CBTU apresentou **Patrimônio Líquido negativo de R\$ 4.026.522**, em razão dos prejuízos acumulados e recorrentes, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Todavia, por se tratar de Companhia Pública Federal **dependente do Tesouro Nacional**, a Companhia não está sujeita à Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005), sendo garantida pelo Governo Federal em relação a eventuais necessidades de aporte, o que elimina riscos à sua continuidade operacional (nota explicativa 1).

NOTA 14 – RECEITA BRUTA

	31/12/2025		31/12/2024	
	TRANSPORTE	ALUGUEL	TRANSPORTE	ALUGUEL
REC	59.124	3.522	70.563	3.454
NAT	2.537	74	3.450	67
MAC	937	35	946	54
JOP	1.621	61	1.575	115
Total:	64.219	3.692	76.534	3.690

QUANTIDADE	2025	2024
USUÁRIOS PAGANTES	17.606.376	20.493.865

A Receita Bruta da Companhia inclui as receitas de arrecadação das bilheterias, de integração tarifária e de aluguéis, conforme demonstrado abaixo.

Em 31/12/2025, a Receita Bruta acumulada no período totalizou R\$ 67,911, antes R\$ 80,224 no mesmo exercício findo em 31/12/2024, representando variação negativa de 15%.

A redução decorre, principalmente, da suspensão da operação do Metrô de Recife aos domingos, a partir de setembro/2024, em razão de obras de manutenção.

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, Encargos e Benefícios	468.632	430.488
Concessionárias	30.101	33.860
Serviços de Terceiros	137.755	133.671
Materiais	20.840	23.263
Total:	657.328	621.282

Os custos dos serviços prestados compreendem principalmente os gastos relacionados diretamente com a operação e a manutenção dos sistemas operacionais da CBTU.

NOTA 16 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
Pessoal, Encargos e Benefícios	161.537	126.226
Pensões indenizatórias	222.181	22.390
Serviços de Terceiros	19.418	18.996
Transferências Financeiras - TED	30.974	14.074
Outras	3.791	6.934
Total:	437.901	188.620

As despesas gerais e administrativas compreendem os gastos da Administração Central, as pensões decorrentes de acidentes ferroviários (principalmente das extintas unidades do RJ e SP) e demais despesas não relacionadas à operação direta dos sistemas metroferroviários registradas contabilmente como custo dos serviços prestados.

Houve aumento da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em razão da provisão a longo prazo das pensões vitalícias, conforme exposto na Nota 12.

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

As subvenções para custeio correspondem a transferências financeiras da União à CBTU para complementar suas despesas operacionais, em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e o Decreto nº 93.872/86.

Esses aportes garantem a continuidade das atividades da Companhia, assegurando que ela consiga cumprir suas obrigações financeiras relacionadas à operação e manutenção dos sistemas de transporte público que administra. Tais recursos são essenciais para cobrir déficits operacionais e manter a prestação dos serviços de forma eficiente.

A previsão legal que regula a concessão de subvenções está disposta no art. 12 da **Lei nº 4.320/64**, que estabelece as normas gerais para a execução do orçamento público no Brasil. Além disso, o **Decreto nº 93.872/86** detalha os procedimentos para a liberação e controle desses recursos, reforçando a responsabilidade de sua utilização para os fins a que se destinam.

Segue a composição das Subvenções Recebidas:

	31/12/2025	31/12/2024
		REAPRESENTADO
Pessoal, Encargos e Benefícios	610.860	568.174
Despesas Decorrentes de Sentenças judiciais	533.304	530.423
Custeio	141.182	128.916
Total:	1.285.346	1.227.513



NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITAS FINANCEIRAS		
Atualização Monetária de Tributos a Recuperar	315	307
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	2.857	3.207
Juros de Aplicações Financeiras	103	127
Outras	411	156
SUB-TOTAL	3.686	3.797
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	315.324	339.047
Atualização Monetária Rec. p/ Aumento de Capital	-	5
Atualização Monetária de Contingências	283.275	29.785
Juros e multas por atraso	10.808	357
SUB-TOTAL	609.407	369.194
TOTAL	(605.721)	(365.397)

O resultado financeiro decorre, principalmente, das atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e as provisões para contingências.

O aumento das despesas financeiras em 2025 quando comparado com 2024 é atribuído, sobretudo, a dois pontos:

a) R\$ 188.601 de variação monetária sobre o processo nº 0163194-18.1900.4.02.5101 (Desapropriação RJ), cujo valor de referência de R\$ 1 bilhão foi registrado contabilmente em dezembro/2024.

b) Pagamento de multa por atraso no valor de R\$ 9.404 referente a não entrega da ECF 2022/2023 por falta de sistema na CBTU para preparação da ECD.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas**, esta nota apresenta as transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, que incluem transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não contrapartida financeira ou valor monetário envolvido.

19.1. Partes Relacionadas

Segue a composição das Partes Relacionadas:

PARTE RELACIONADA	R\$ mil	
	Dez/2025	Dez/2024
EBCT-EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS ⁽¹⁾	62	82
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO ⁽²⁾	47	43
PETROBRÁS ⁽³⁾	4.930	7.983
REFER ⁽⁴⁾	387.011	368.977
BANCO DO BRASIL ⁽⁵⁾	1.194	1.068

(1) Serviço de malote.

(2) Serviço de publicação de materiais legais.

(3) Serviço de fornecimento de óleo diesel.

(4) Fundo de previdência privada.

(5) Aplicações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19.2. Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes.

O laudo atuarial emitido pela REFER em 31 de dezembro de 2025 conclui que as provisões matemáticas do plano estão integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura. De acordo com o estudo, foi apurado superávit técnico acumulado de R\$ 867.929, equivalente a 99,23% das provisões matemáticas de benefício definido, não sendo identificada necessidade de ajustes ou medidas para recomposição de equilíbrio atuarial.

Seguem os demonstrativos das Hipóteses Atuariais de 2025 e 2024:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2025	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuarial do Plano Plano CBTU	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido no regulamento do plano.
Crescimento Real de Salário Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ - BH	1,00% ao ano 0,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial do patrocinador do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da entidade, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ-BH	0,00% 0,00%	Reflete as taxas de desligamento do patrocinador, por causas diferentes: morte, invalidez ou aposentadoria. Inclui os que se desligam do plano, sem se desligarem do patrocinador.
Tábua de Mortalidade Plano CBTU	AT-2000	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos Plano CBTU	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez Plano CBTU	Light Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses Percentual de casados Diferença de idade entre homem e mulher	90% 4 anos	Projeta o perfil familiar dos participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2024	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuarial do Plano Plano CBTU	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido no regulamento do plano.
Crescimento Real de Salário Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ - BH	1,00% ao ano 0,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial do patrocinador do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da entidade, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ-BH	0,00% 0,00%	Reflete as taxas de desligamento do patrocinador, por causas diferentes: morte, invalidez ou aposentadoria. Inclui os que se desligam do plano, sem se desligarem do patrocinador.
Tábua de Mortalidade Plano CBTU	A T-2000	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos Plano CBTU	Wirklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez Plano CBTU	Light Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses Percentual de casados Diferença de idade entre homem e mulher	90% 4 anos	Projeta o perfil familiar dos participantes.



19.3. Dívida da REFER

Em 19 de abril de 2021, foi homologado judicialmente o acordo firmado entre a CBTU e a Fundação REFER, com anuência da União, para pagamento da dívida no montante de R\$ 2.780.411 (posição de 31/03/2020). O acordo prevê pagamento em até 18 anos, em parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% ao ano, corrigidas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Esse acordo tem por objetivo assegurar a cobertura do déficit previdenciário acumulado nos planos de benefícios da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, garantindo a continuidade das atividades da REFER e a segurança das aposentadorias dos (as) ferroviários (as) vinculados (as).

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 392.538 no passivo circulante e R\$ 2.706.775 no passivo não circulante:

	Dez/2025	Dez/2024
Saldo do Exercício Anterior	3.171.001	3.200.931
Juros e Encargos	315.324	339.047
Pagto do Acordo	(387.011)	(368.977)
Saldo do Exercício	3.099.313	3.171.001

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e dos demais órgãos estatutários da Companhia é fixada anualmente pela Assembleia Geral, em conformidade com o Estatuto Social e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI.

A estrutura remuneratória dos administradores observa as rubricas previstas na regulamentação aplicável às empresas estatais federais, sendo composta por honorários fixos e rubricas, tais como gratificação natalina, gratificação férias, auxílio-alimentação, plano de saúde, auxílio-moradia, previdência complementar e eventual remuneração compensatória decorrente de quarentena, quando aplicável.

Em consonância com o Estatuto Social, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria observa o limite de até 10% da remuneração mensal média dos diretores, excluídos benefícios e parcelas variáveis.

A composição da remuneração dos administradores e membros dos órgãos estatutários, no exercício de 2025, está apresentada no quadro a seguir, detalhada por principais rubricas remuneratórias e por órgão, conforme parâmetros aprovados em Assembleia Geral e diretrizes da SEST/MGI:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Órgão	Descrição	Valor anual (R\$)
Diretoria Executiva	Honorários Fixos	954.344,19
	Gratificação Natalina	80.455,42
	Gratificação de férias	5.414,37
	Auxílio alimentação	36.000,00
	Plano de Saúde	54.000,00
	Auxílio Moradia	106.174,22
	Previdência Complementar	699,2
	Quarentena	-
	Subtotal	1.237.087,40
Conselho de Administração	Honorário Fixo	230.862,36
	Previdência Complementar	-
	Subtotal	230.862,36
Conselho Fiscal	Honorário Fixo	99.581,33
	Previdência Complementar	-
	Subtotal	99.581,33
Comitê de Auditoria	Honorário Fixo	71.310,63
	Subtotal	71.310,63
Total		1.638.841,72

Os membros dos órgãos estatutários podem aderir ao plano de previdência complementar administrado pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, observadas as regras de elegibilidade e os limites de contribuição estabelecidos.

No que se refere aos empregados, a remuneração observa o Plano de Cargos e Salários da Companhia, bem como a legislação trabalhista aplicável e os instrumentos de negociação coletiva vigentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava a seguinte posição:

Quantidade de empregados ativos: R\$ 2.766

- Remuneração média global: R\$ 13.540,10
- Remuneração mínima: R\$ 2.458,21
- Remuneração máxima: R\$ 63.800,22
- Valor médio global dos benefícios oferecidos: R\$ 5.758

O valor médio global considera além do salário, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação/refeição, cesta básica, auxílio-creche, vale-transporte, previdência complementar e outros benefícios.

As remunerações que excedem o limite constitucional estão sujeitas ao teto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, de R\$ 46.366,19, vigente a partir de 01/02/2025, conforme Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023.

NOTA 21 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 8 de maio de 2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada para inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). Essa qualificação foi ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

Posteriormente, a Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020, aprovou o processo de Reestruturação Societária da CBTU, com a criação de cinco subsidiárias integrais. Cada uma dessas subsidiárias irá incorporar parcelas específicas do patrimônio da Companhia, pertinentes às atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos de reestruturação societária para as Superintendências de Trens Urbanos (STUs) em Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados em 2023, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seguem em curso.

Em 25 de março de 2025, a Resolução CPPI nº 324 aprovou as condições iniciais para a transferência dos ativos da Superintendência Regional da CBTU em Recife (STU-REC) para o Estado de Pernambuco. O processo será conduzido mediante a concessão à iniciativa privada da gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da Região Metropolitana do Recife, sob coordenação do BNDES, por meio de procedimento licitatório único.

A operação envolverá a transferência de bens e instalações da União, a outorga da concessão pelo Estado de Pernambuco e a transferência da propriedade dos bens afetos ao serviço público. Também foi prevista a celebração de um acordo de cooperação técnica entre a União, o Estado de Pernambuco e o BNDES, com o objetivo de coordenar a execução das etapas necessárias à concretização da transferência.

NOTA 22 – EVENTO GEOLÓGICO EM MACEIO/AL (BRASKEM) – SUSPENSÃO PARCIAL DA OPERAÇÃO, TERMOS DE COOPERAÇÃO E DEMANDA JUDICIAL AJUIZADA PELA CBTU

22.1 Contexto

Desde março de 2018, parcela do território do Município de Maceió passou a apresentar instabilidade no solo associada às atividades de extração de sal-gema pela Companhia Braskem, levando o Município a decretar estado de calamidade pública em áreas dos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Pinheiro e Farol. A situação também foi reconhecida pelo Governo Federal, conforme Portaria nº 1.311/2019 e posteriores, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A CBTU opera os serviços de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano entre os municípios de Rio Largo e Maceió por meio de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Parte do traçado, com aproximadamente 3,1 km, atravessa área que foi objeto de desocupação em razão da instabilidade do solo, com repercussão direta sobre a continuidade e segurança do tráfego ferroviário.

22.2 Suspensão parcial do tráfego e efeitos operacionais:

A Administração Pública Municipal recomendou, por meio do Ofício nº 201/2020-GP de 25/03/2020, a suspensão do tráfego de VLT na Região a partir de 28 de março de 2020, o que foi acatado pela CBTU. A suspensão parcial permanece até a presente data, atingindo o trecho entre as estações Bebedouro e Bom Parto ("Trecho Temporariamente Suspenso").

A Companhia realiza acompanhamento técnico e operacional do tema, avaliando riscos à segurança e as condições necessárias à retomada segura do tráfego no referido trecho.

22.3 Termos de Cooperação relacionados à continuidade do serviço

Desde a suspensão parcial em 2020, a CBTU e a BRASKEM vêm adotando medidas para mitigar impactos e preservar a continuidade dos serviços, o que culminou na celebração de instrumentos de cooperação, incluindo:

① transbordo dos passageiros da CBTU entre as estações Bebedouro e Bom Parto e vice-versa (vigente);

(iii) transporte de combustível entre o posto mantido pela CBTU na estação Maceió e as estações Satuba e Lourenço de Albuquerque; (vigente), e

22.4 Termo de Cooperação Técnica de 25/08/2025 – objeto, vigência e intervenções:

Em 25/08/2025, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre Braskem e CBTU, com vigência de 20 (vinte) meses, prorrogável por mais 6 (seis) meses, cujo objeto é estabelecer mútua cooperação para a realização de estudos, obras e serviços voltados à implementação de intervenções que possibilitem a retomada segura do tráfego no trecho temporariamente suspenso, ligando as estações Bebedouro e Bom Parto.

O objeto do referido Termo possui valor orçado de R\$ 82.968, e a Braskem comprometeu-se a contratar e pagar diretamente Companhias técnicas especializadas e habilitadas para a execução das intervenções previstas.

As intervenções contempladas incluem, entre outras:

(a) Remodelação do Trecho Temporariamente Suspenso: recomposição da via ferroviária entre as estações Bebedouro e Bom Parto, com extensão aproximada de 2,96 km, visando restituir o trecho à CBTU em condições aceitáveis de operação, em conformidade com requisitos mínimos normativos;

(b) Revitalização das passagens de nível: medidas destinadas a elevar a segurança de usuários e do material rodante, incluindo sinalização, diagnóstico das passagens existentes e melhorias necessárias.

22.5 Demanda judicial ajuizada pela CBTU – andamento processual:

Em 28/01/2021, a CBTU ajuizou a ação nº 0800751-96.2021.4.05.8000 em face da Braskem, deduzindo pleitos relacionados aos impactos do evento geológico sobre a operação ferroviária, inclusive quanto à necessidade de intervenções estruturais para viabilizar a retomada segura do tráfego no trecho afetado.

No curso da demanda, houve suspensão do processo para tentativa de composição entre as partes, nos termos do art. 313, § 4º, do Código de Processo Civil, período em que foram firmados dois Memorandos de Entendimento, com previsões de entregas e etapas de negociação.

Após a conclusão das entregas previstas no 2º Memorando de Entendimento, foram encerradas as reuniões destinadas à negociação, com a retomada do curso do processo, tendo a Braskem apresentado contestação, seguida de réplica pela CBTU. A ação permanece pendente de julgamento na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

O Termo de Cooperação Técnica referido no item acima possui natureza técnico-operacional e não altera, por si, o estado processual da demanda judicial em curso.

22.6 Reflexos contábeis, julgamentos e estimativas relevantes

22.6.1 Provisões, contingências e ativos contingentes (CPC 25)

Por se tratar de demanda judicial ativa (ajuizada pela CBTU), eventuais benefícios econômicos esperados configuram, em regra, ativo contingente, não sendo reconhecidos contabilmente enquanto sua realização não for provável. Quando aplicável, a Companhia procede às divulgações pertinentes em notas explicativas, com base na avaliação jurídica acerca da probabilidade de êxito e nas informações disponíveis para mensuração.

22.6.2 Termo de Cooperação Técnica com contratação e pagamento direto pela Braskem

Considerando que a Braskem se comprometeu a contratar e pagar diretamente fornecedores para execução das intervenções, a CBTU avalia a substância econômico-jurídica do instrumento assinado em 2025 para fins de reconhecimento contábil e divulgações em suas notas explicativas. Em particular:

- a Companhia reconhecerá ativos imobilizados apenas quando houver evidência de que os bens/obras foram entregues/aceitos e passaram ao controle da CBTU, com mensuração confiável, conforme documentação de recebimento e demais elementos comprobatórios; e
- o valor orçado do Termo não representa em 31 de dezembro de 2025, por si só, ativo, receita ou direito creditório da CBTU, sendo a contabilização condicionada aos critérios de reconhecimento e mensuração aplicáveis.

22.7 Incertezas relevantes e fatores de risco

A retomada do tráfego no trecho temporariamente suspenso depende da evolução das condições geotécnicas, da execução e aceitação das intervenções previstas, de recomendações e autorizações das autoridades competentes. Em razão disso, permanecem incertezas quanto a prazos, escopo final e eventuais impactos adicionais, que são monitorados e reavaliados pela Administração

NOTA 23 – EVENTO SUBSEQUENTE

Programa de Desligamento Voluntário (PDV):

A Gerência de Desenvolvimento da CBTU encontra-se em fase de estudo pelas áreas competentes de Programa de Demissão Voluntária (PDV) iniciado em 2025, como instrumento de gestão de pessoas inserido no contexto de reconfiguração institucional, com definição de público elegível/alvo e estimativas de impacto em folha e indicadores (como *payback*), com referências a diretrizes de governança aplicáveis. Esse estudo ainda não foi concluído até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e sem deliberação do Conselho de Administração.

As tratativas e discussões do estudo do PDV continuarão em 2026, inclusive em instâncias previstas no Acordo Coletivo Especial (Comissão Paritária);

SIGLÁRIO

ACP AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CCO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS
AECI ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	CECBTU COMISSÃO DE ÉTICA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CTS COMPANHIA DE TRENS DE SALVADOR
AGR AVALIAÇÃO GERAL DE RISCO	CENTRAL COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	DMLP DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
AGU ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL	CGPAR COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO	ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BHTRANS EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	CGU CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	E-OUV SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
BIRD BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO	COAUD COMITÉ DE AUDITORIA	ERPS ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL)
BSC BALANCED SCORE CARD	CONAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FGTS FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
CADIN CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	CONAMA CONSELHO NACIONAL DO MEI AMBIENTE	FLUMITRENS COMPANHIA FLUMINENSE DE TRENS URBANOS
CAES CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA E ENERGIA	CONFI CONSELHO FISCAL DA CBTU	GAJUR GERÊNCIA GERAL - JURÍDICA
CBTU COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CPC COMITÉ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	
CCAF CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL		

SIGLÁRIO

GECIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

GEDES

GERÊNCIA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

GETIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GHC

GREEN HOUSE GASES PROTOCOL

ICPC-10

INTERPRETAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO INICIAL AO ATIVO IMOBILIZADO E À PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CPCs 27, 28, 37 E 43

IGSEST

INDICADOR DE GOVERNANÇA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

INPC

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INTOSAI GOV

GUIDELINES FOR INTERNAL CONTROL STANDARDS FOR THE PUBLIC SECTOR (DIRETRIZES PARA NORMAS DE CONTROLE INTERNO PARA O SETOR PÚBLICO)

IPS

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA

LED

LIGHT EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MDU

MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL TÍPICO

METROFOR

METRÔ DE FORTALEZA

NBC

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NR7

NORMA REGULAMENTADORA 7

NUP

NÚMERO ÚNICO DE PROTOCOLO

PAD

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PADRÃO DMR

DIGITAL MOBILE RADIO (RÁDIO DIGITAL MÓVEL)

PAT

PROGRAMA DE AMPARO AO TRABALHADOR

PDTIC

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC-SISP

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PDV

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

PETIC

PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PLOA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PND

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

PGRS

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PGU

PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

POSIC

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

RAINT

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

REFER

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

RFFSA

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

SIGLÁRIO

RH

RECURSOS HUMANOS

RILC

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

RIOTRILHOS

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEI

SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SELIC

SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA

SEST

SECRETRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

SIADS

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PATRIMONIAL

SICTE

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E TRÁFEGO E ENERGIA E VÍDEO WALL DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL

SINAC

SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA

SINVE

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

SPU

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SISP

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

STU-JP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

STU-NATAL

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

SUT-MAC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

SWOT

FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS)

TAC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TRF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

TUE

TREM DE UNIDADE ELÉTRICA

UAIG

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

UMAPAT

UNIFICAÇÃO DO MAPEAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS

VLT

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Eduardo Coimbra
Diretor Planejamento

Adriana Lins
Diretora Técnica
e
Diretora de Administração e Finanças
(interina)